

Aula 06

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

30 de Junho de 2023

Índice

1) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - Teoria	3
2) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - Questões Comentadas	26
3) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - Lista de Questões	63



PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Hoje estudaremos um assunto muito exigido em provas. Trata-se do Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP). É um assunto bem interessante de estudar. Tenho certeza que com o que veremos a seguir temos totais condições de detonar qualquer exigência sobre o assunto. Trabalhei duro aqui para disponibilizar uma aula bem objetiva, focada e esquematizada! Apreciem sem moderação... ☺

Motivação para Adoção de um Plano de Contas Único

Tendo em vista o caráter didático do MCASP, nesse ponto vamos nos valer da lição do Manual, conforme descrito a seguir. Posteriormente, vamos esquematizar o que o Manual ensina, para uma melhor visualização.

A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) foi estruturada, no Brasil, com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. No entanto, a evolução da ciência contábil, marcada pela edição das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), impulsionaram relevantes mudanças na CASP.

Nesse processo, identificou-se a necessidade de instituição de um novo modelo de gestão pública, com a adoção de conceitos e procedimentos reconhecidos e utilizados internacionalmente, com foco na **contabilidade patrimonial**.

Outro fator que impactou a CASP foi a exigência de **consolidação nacional das contas públicas** trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

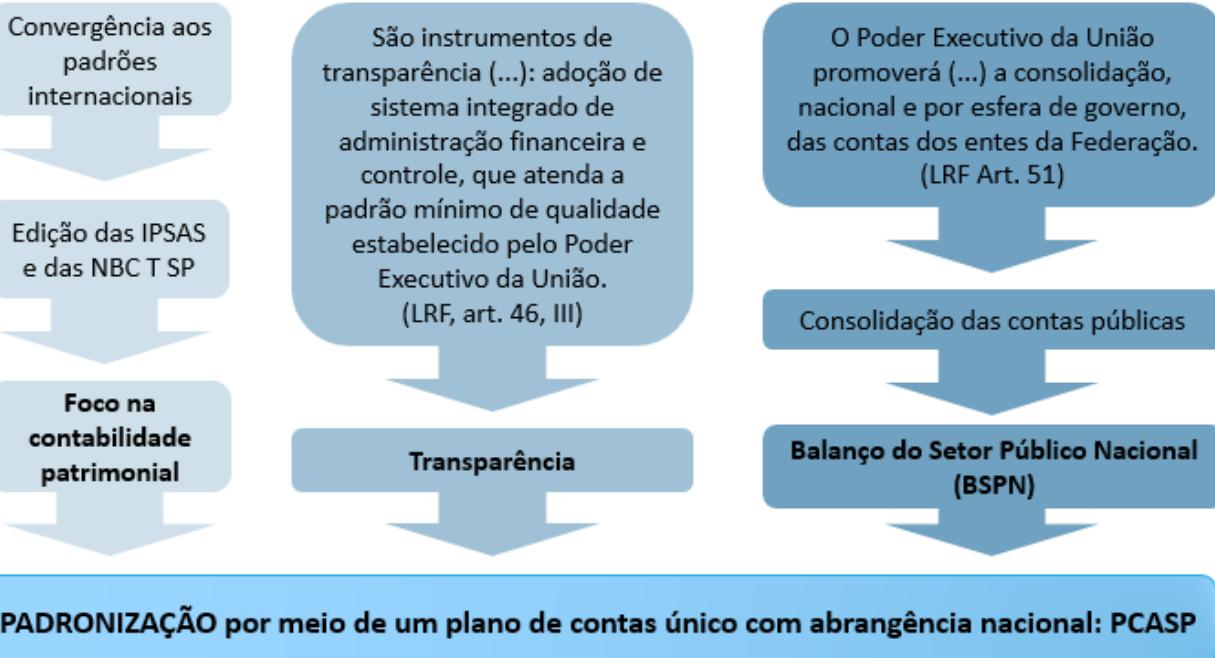
Esta competência é exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), materializada por meio da publicação do **Balanço do Setor Público Nacional (BSPN)**.

Dessa forma, a necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com **abrangência nacional**, cuja metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades permitissem a obtenção de dados que atendessem aos diversos usuários da informação contábil.

Visando a atender a essas necessidades, a STN editou o **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)**. Nesta Parte do Manual serão apresentados a estrutura do PCASP, baseada na natureza da informação contábil; o mecanismo de consolidação das contas nacionais em cada ente da Federação; o uso dos atributos da conta contábil, que permitem o cumprimento de determinações legais; as principais regras de integridade do PCASP, dentre outras informações.

Esquematicamente, temos:





Aspectos Gerais do PCASP

Conceito

Segundo o MCASP, Plano de contas é a **estrutura básica da escrituração contábil**, formada por uma **relação padronizada de contas contábeis**, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Objetivos do PCASP

O MCASP informa que a ciência contábil tem como finalidade geral o fornecimento de informações aos diversos usuários da informação contábil.

O PCASP alinha-se a esta finalidade por meio da **padronização da forma de registro contábil para a extração de informações para estes usuários**.

Dessa forma, os objetivos do PCASP são os seguintes:

- Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público;
- Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle;
- Atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);
- Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela STN, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente;
- Permitir a consolidação nacional das contas públicas;



- Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do *Government Finance Statistics Manual* (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão;
- Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público; e
- Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

Competência para Instituição e Manutenção do PCASP

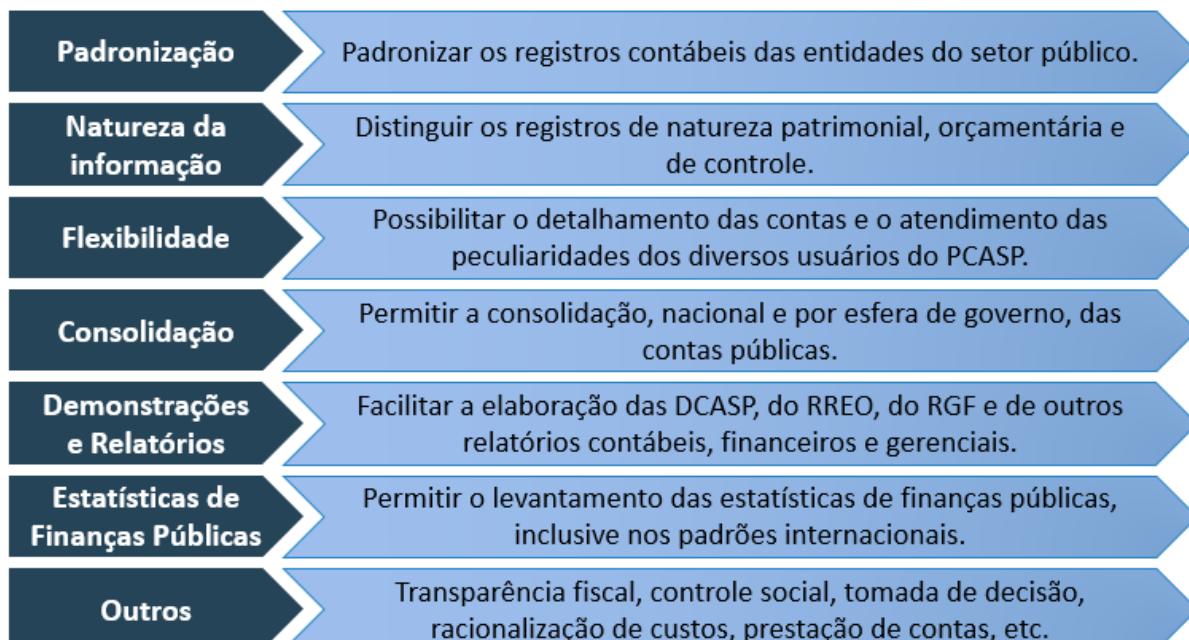
O MCASP informa que a competência para a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas foi atribuída pela LRF à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), enquanto órgão central de contabilidade da União.

Dessa forma, **cabe à STN criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis.**

No que se refere ao detalhamento, vale destacar que a STN estabelece nível mínimo a partir do qual os entes poderão detalhar as contas do PCASP de acordo com suas peculiaridades.

Diretrizes do PCASP

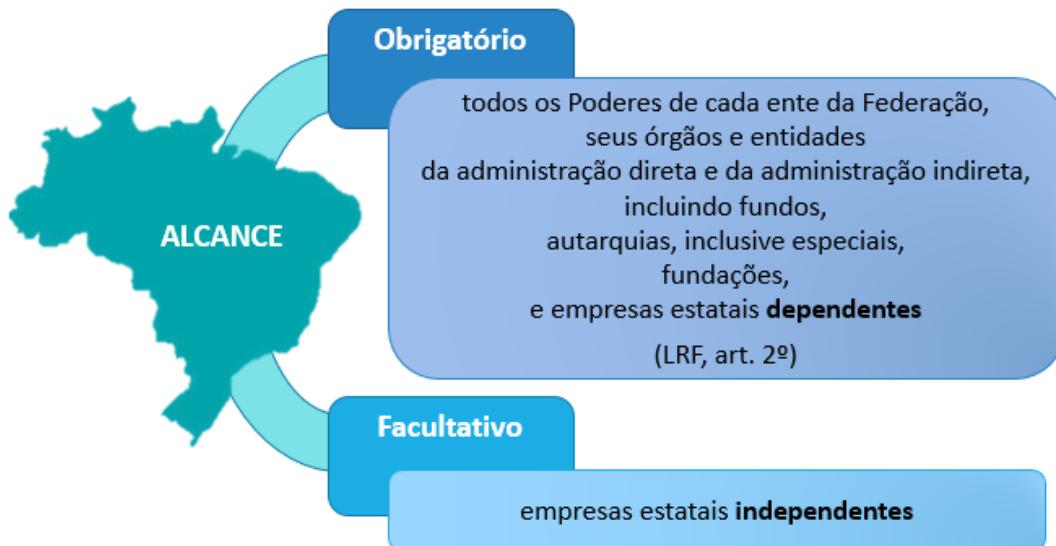
Pessoal, as diretrizes do PCASP constavam em edição passada do MCASP. No entanto, atualmente o MCASP não dispõe mais desse tópico. Porém, acho interessante a leitura do esquema abaixo que possui a essência das diretrizes do PCASP segundo a antiga redação do MCASP.



Alcance do PCASP

O alcance do PCASP basicamente pode ser resumido no seguinte esquema:





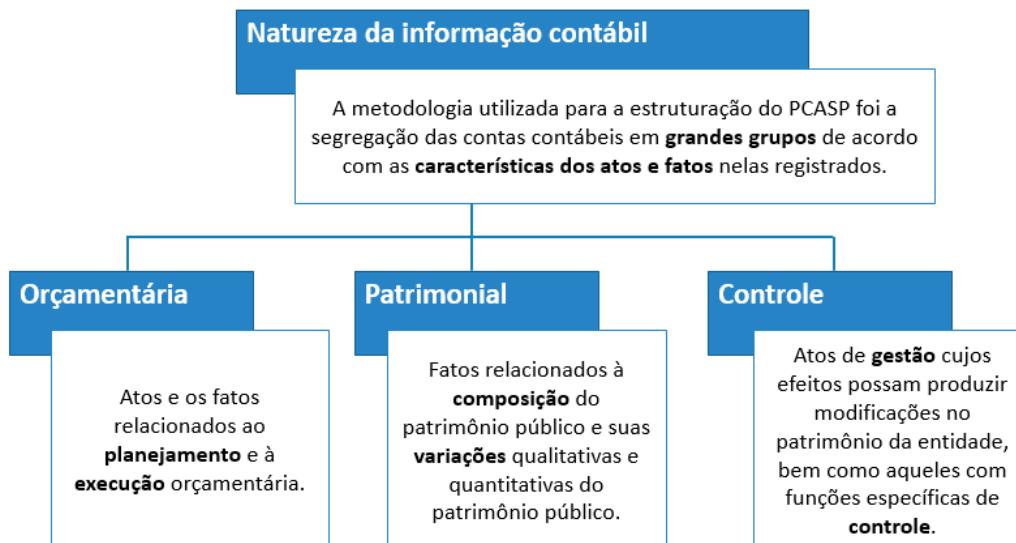
Estrutura do PCASP

Natureza da Informação Contábil

Como forma de estruturar o PCASP, a STN utilizou uma metodologia na qual as contas contábeis foram segregadas em três grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.

Assim, o PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- **Natureza de Informação Orçamentária:** registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- **Natureza de Informação Patrimonial:** registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- **Natureza de Informação de Controle:** registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.



O PCASP é dividido em **8 classes**, sendo as contas contábeis classificadas segundo a **natureza das informações** que evidenciam:

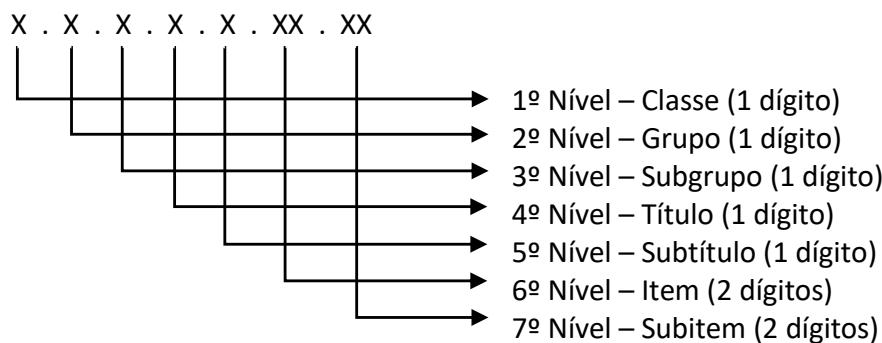
Natureza da Informação	Classes	
PATRIMONIAL	1 - Ativo	2 – Passivo e PL
	3 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	4 - Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
ORÇAMENTÁRIA	5 - Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 - Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
CONTROLE	7 - Controles Devedores	8 - Controles Credores

Código da Conta Contábil

Estrutura do Código da Conta Contábil

Segundo o MCASP, as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com **7 níveis de desdobramento**, compostos por **9 dígitos**, de acordo com a seguinte estrutura:

As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com **7 níveis** de desdobramento, compostos por 9 dígitos.



O PCASP possui a seguinte estrutura básica, em nível de classe (1º nível) e grupo (2º nível):



PCASP	
1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante	2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências e Delegações Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 3.7 - Tributárias 3.8 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências e Delegações Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar
7 – Controles Devedores 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.5 - Consórcios Públicos 7.6 - Controles Fiscais <u>7.8 - Custos</u> 7.9 - Outros Controles	8 – Controles Credores 8.1 - Execução dos Atos Potenciais 8.2 - Execução da Administração Financeira 8.3 - Execução da Dívida Ativa 8.4 - Execução dos Riscos Fiscais 8.5 - Execução dos Consórcios Públicos 8.6 - Execução de Controles Fiscais <u>8.8 - Apuração de Custos</u> 8.9 - Outros Controles

Já no 3º nível (Classe, Grupo e Subgrupo), no caso das classes 1 e 2, para fins de exemplo, temos:

1 – ATIVO	2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa 1.1.2 Créditos a Curto Prazo 1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a CP 1.1.5 Estoques 1.1.9 VPD Pagas Antecipadamente	2.1.1 Obrigações Trabal., Previd. e Assistenciais a CP 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a CP 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a CP 2.1.4 Obrigações Fiscais a CP 2.1.5 Obrigações de Repartição a Outros Entes 2.1.7 Provisões a CP 2.1.8 Demais Obrigações a CP
1.2 Ativo Não Circulante	2.2 Passivo Não Circulante
1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo 1.2.2 Investimentos 1.2.3 Imobilizado 1.2.4 Intangível 1.2.5 Diferido	2.2.1 Obrigações Trabal., Previd. e Assistenciais a LP 2.2.2 Empréstimos e Financiamentos a LP 2.2.3 Fornecedores e Contas a Pagar a LP 2.2.4 Obrigações Fiscais a LP 2.2.7 Provisões a LP 2.2.8 Demais Obrigações a LP 2.2.9 Resultado Diferido



1 – ATIVO	2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	2.3 Patrimônio Líquido
	2.3.1 Patrimônio Social e Capital Social
	2.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
	2.3.3 Reservas de Capital
	2.3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial
	2.3.5 Reservas de Lucros
	2.3.6 Demais Reservas
	2.3.7 Resultados Acumulados
	2.3.9 (-) Ações / Cotas em Tesouraria

Detalhamento da Conta Contábil

Segundo o MCASP, os entes da Federação **somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP**. Por exemplo, caso uma conta esteja detalhada no PCASP até o 6º nível (item), o ente poderá detalhá-la apenas a partir do 7º nível (subitem), sendo vedada a alteração dos 6 primeiros níveis.

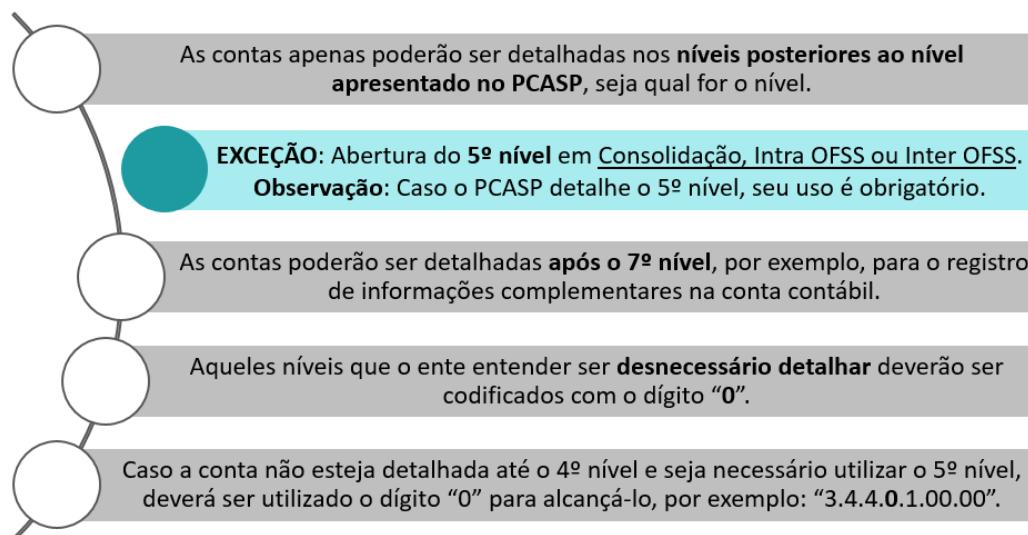
A única **exceção a esta regra** corresponde à **abertura do 5º nível (subtítulo) em Intra OFSS, Inter OFSS ou Consolidação** quando o ente entender ser necessária e a conta não estiver detalhada neste nível no PCASP.

O Manual ressalta que caso o PCASP detalhe o 5º nível, seu uso é obrigatório.

Caso a conta não esteja detalhada até o quarto nível e seja necessário utilizar o 5º nível (subtítulo), poderá ser utilizado o dígito 0 (zero) para chegar-se ao nível de consolidação, por exemplo: “3.4.4.0.1.00.00 Descontos Financeiros Concedidos – Consolidação”.

Os planos de contas dos entes da Federação **deverão ter pelo menos 7 níveis**. Eventuais níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 0 (zero).

Caso algum ente entenda necessário, **poderá**, também, **desdobrar as contas contábeis além do 7º nível (subitem)**. Outros níveis poderão ser utilizados, por exemplo, para o registro de informações complementares na conta contábil. Esquematicamente, temos:



5º Nível – Consolidação

Segundo o MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das **classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial)** para identificar os saldos recíprocos, da seguinte forma:

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Vale destacar que existem dois processos de consolidação: **NACIONAL** e **DO ENTE**!

O processo de consolidação DO ENTE deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).

O processo de consolidação NACIONAL deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (Consolidação), e excluir as que apresentam os dígitos 2 (Intra OFSS), 3, 4 e 5 (Inter OFSS).

Observe que a consolidação nacional exclui todos os dígitos (2, 3, 4 e 5). Já a consolidação do ente exclui apenas o dígito 2.

Na 9ª edição do MCASP, a única alteração referente a essa parte (Parte IV - PCASP), foi a inclusão do seguinte parágrafo (grifou-se):

Apesar de ser uma regra geral a utilização do 5º Nível - Consolidação para as contas de classe 1, 2, 3 e 4 do PCASP, há casos excepcionais em que é possível sua utilização, para fins de consolidação, com as contas de classe 7 e 8, como por exemplo para elaborar o Quadro das Contas de Compensação, Anexo do Balanço Patrimonial, de forma a demonstrar os Atos Potenciais Ativos e Passivos, em conformidade com a Lei nº 4.320/64.



Atributos da Conta Contábil

Segundo o MCASP, atributos da conta contábil são **características próprias** que as distinguem de outras contas do plano de contas.

Os atributos podem ser decorrentes de conceitos teóricos, da lei ou do sistema operacional utilizado.

Atributos Conceituais da Conta Contábil

- a. **Código:** estrutura numérica que identifica cada uma das contas que compõem o plano de contas.
- b. **Título / Nome:** designação que identifica o objeto de uma conta.
- c. **Função:** descrição da natureza dos atos e fatos registráveis na conta.
- d. **Natureza do Saldo:** identifica se a conta tem saldo devedor, credor ou ambos.
- i. **Conta Devedora:** possui saldo predominantemente devedor.

Exemplo: Caixa

- ii. **Conta Credora:** possui saldo predominantemente credor.

Exemplo: capital social

- iii. **Conta Mista / Híbrida:** possui saldo devedor ou credor.

Exemplo: ajustes de avaliação patrimonial

No quadro abaixo temos um exemplo dos atributos da conta contábil da maneira como são evidenciados no PCASP.

CÓDIGO	TÍTULO	FUNÇÃO	NATUREZA DO SALDO
1.	ATIVO	Compreende os recursos controlados por uma entidade derivados de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros à unidade.	Devedora
1.1	ATIVO CIRCULANTE	Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.	Devedora
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.	Devedora

Atributos Legais da Conta Contábil

Segundo o MCASP, além do atributo legal citado a seguir (**indicador do superávit financeiro**), poderão ser criados outros, de acordo com as necessidades do ente para o atendimento das normas vigentes, a exemplo do **indicador do superávit primário** e da **dívida consolidada líquida**.

Indicador do Superávit Financeiro: Atributos Financeiro (F) e Permanente (P)

Esses atributos foram incluídos no PCASP para fins de cálculo do superávit financeiro, conforme estabelece a Lei n. 4.320/64, senão vejamos:



Art. 43 [...] § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Art. 105 [...] § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Observe que os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente.

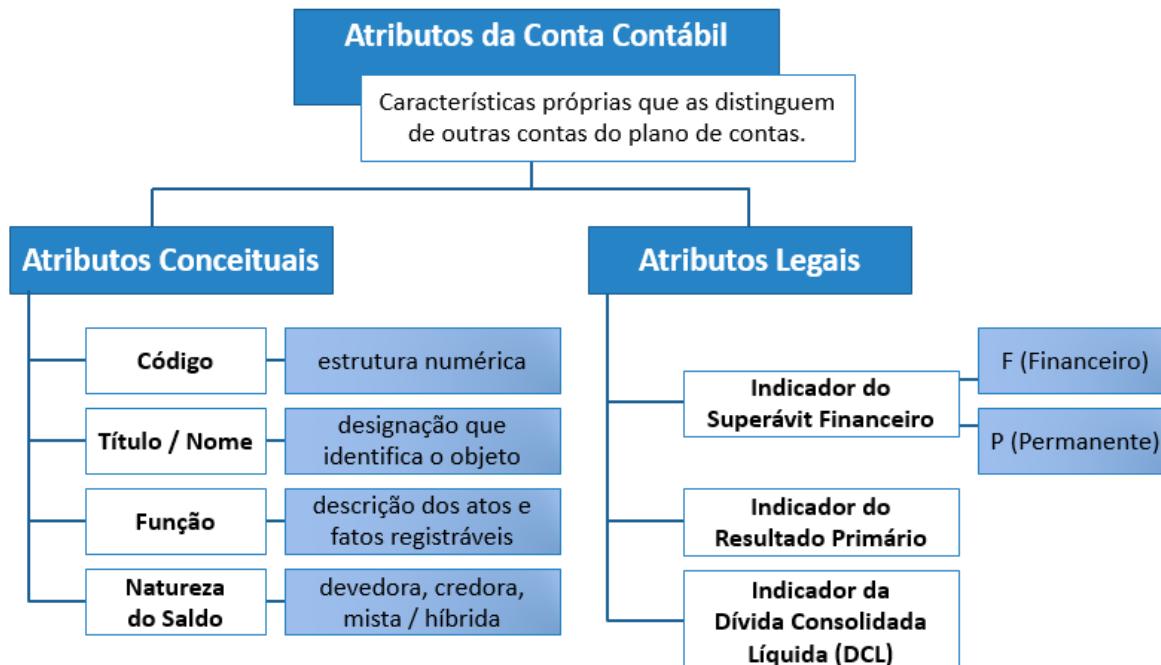
Sendo assim, o MCASP lembra que após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária, e os passivos passam a integrar o passivo financeiro. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções.

O MCASP ressalta que o controle da mudança do atributo permanente (P) para o atributo financeiro (F) pode ser feito por meio da informação complementar da conta contábil ou por meio da duplicação das contas, sendo uma permanente e outra financeira.

O PCASP e o MCASP utilizam as letras **(F)** ou **(P)** para indicar se são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente, respectivamente.

Quando a conta puder conter saldos com atributo (F) e (P), constará na descrição da conta do PCASP a letra **(X)**.

Esquematicamente, temos:



Regras de Integridade do PCASP

A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas, o MCASP dispõe sobre algumas regras de integridade relativas ao PCASP, quais sejam:

- **Lançamentos Contábeis;**
- **Pagamento e Recebimento;**
- **Desenvolvimento de Equações Contábeis; e**
- **Consistência dos Registros e Saldos de Contas.**

Vamos estudar cada uma dessas regras a seguir:

Regra 1: Lançamentos Contábeis

O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitá e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.

Assim, os lançamentos estarão fechados dentro das classes 1 a 4 ou das classes 5 e 6 ou das classes 7 e 8:

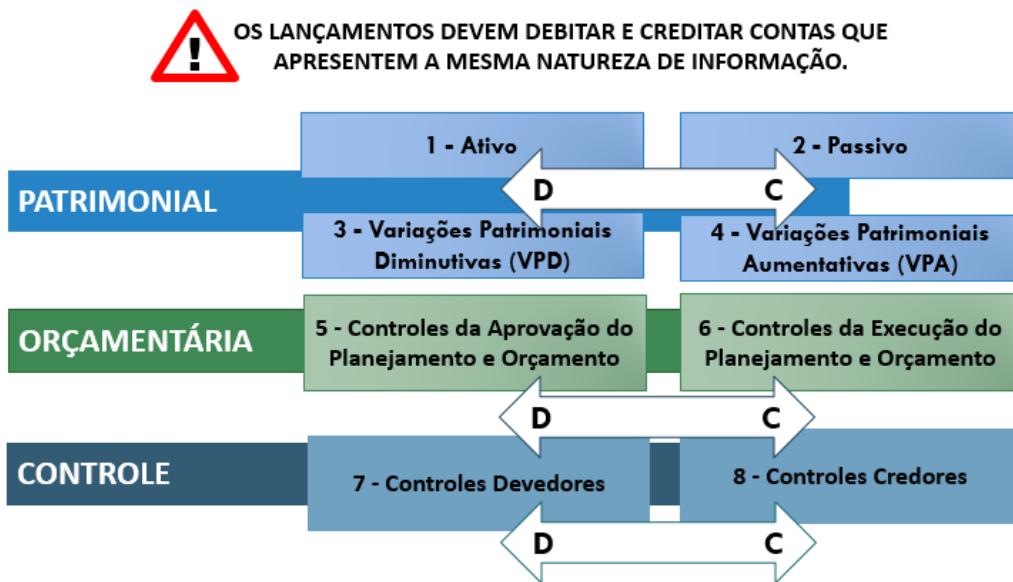
- a. Lançamentos de natureza **patrimonial**: apenas debitam e creditam contas das classes **1, 2, 3 e 4**.
- b. Lançamentos de natureza **orçamentária**: apenas debitam e creditam contas das classes **5 e 6**.
- c. Lançamentos de natureza de **controle**: apenas debitam e creditam contas das classes **7 e 8**.

O MCASP nos fornece o seguinte exemplo:

Não é permitido um lançamento na conta Clientes (classe 1) em contrapartida à conta Receita Realizada (classe 6). Nessa hipótese, apesar de ser utilizado o método das partidas dobradas e os valores lançados a débito e a crédito apresentados no balancete contábil não apresentarem diferença, observa-se uma inconsistência.

Dessa forma, o MCASP ressalta que **os totais lançados a débito e a crédito em contas de mesma natureza de informação devem apresentar valores iguais**.

Esquematicamente, temos:



Regra 2 - Pagamento e Recebimento

As contas com o atributo Permanente (P) apenas poderão ser movimentadas em contrapartida a:

- Conta de VPA ou VPD;
- Outra conta com atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo;
- Conta com atributo Financeiro (F), para troca do atributo, exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária da despesa ou da receita (vide exemplo abaixo)

O MCASP nos fornece o seguinte exemplo:

Exemplo - Amortização de operação de crédito

O pagamento da dívida é um fato permutativo sob a ótica patrimonial. No entanto, o pagamento só poderá ser efetuado se o passivo estiver marcado com o atributo Financeiro (F). Para tanto, faz-se necessário um lançamento de troca do passivo permanente (P) para passivo financeiro (F), concomitante à execução orçamentária.

Lançamentos

i. No empenho:

Natureza da informação: patrimonial

D 2.1.2.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)

C 2.1.2.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)

Esse é o lançamento de troca de atributo. Paralelamente, efetuamos os devidos registros de natureza orçamentária (execução orçamentária).

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

ii. Na liquidação:

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar



Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas

Compensatórias

* DDR = Disponibilidade por Destinação de Recursos

iii. No pagamento:

Natureza da informação: patrimonial

D 2.1.2.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)

C 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Liquidado Pago

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

C 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada

Observação (MCASP):

Exclusivamente sob a ótica da teoria contábil, seria possível efetuar a baixa do passivo permanente em contrapartida à conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Entretanto, a legislação* proíbe o pagamento de passivo permanente sem a devida autorização legislativa. Assim, deve-se observar que uma conta do passivo permanente (P) não deve ser movimentada em contrapartida a uma conta do passivo financeiro (F), salvo para a respectiva troca de atributo.

* Que legislação é essa citada pelo MCASP, professor?

É a “velha” Lei n. 4.320/64, sempre presente...

Art. 105.

[...]

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

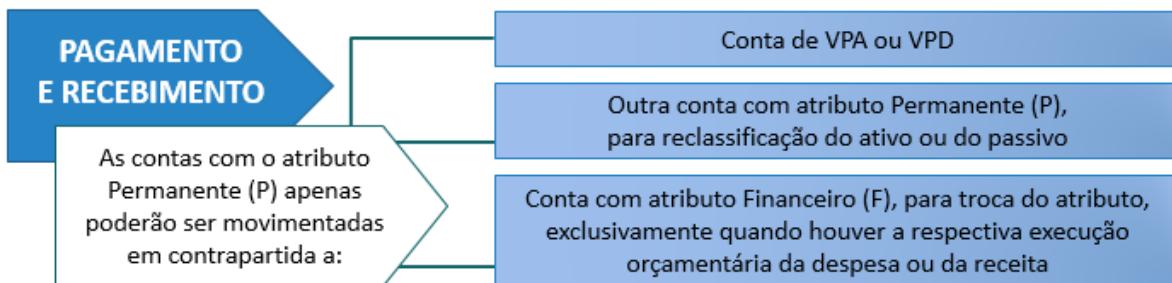
§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.



Esquematicamente, temos:



Exemplo: Amortização de Operação de Crédito

No empenho:

- D 2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)
C 2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)
D 6 Crédito Disponível
C 6 Crédito Empenhado a Liquidar
D 6 Crédito Empenhado a Liquidar
C 6 Crédito Empenhado em Liquidação

Na liquidação:

- D 6 Crédito Empenhado em Liquidação
C 6 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

No pagamento:

- D 2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)
C 1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
D 6 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6 Crédito Empenhado Liquidado Pago

Regra 3 - Desenvolvimento de equações contábeis

Além das regras acima, o MCASP estabelece algumas equações que podem ser utilizadas para fins de conferência e validação das informações geradas:

Equação 1 - Conferência de Saldos das Contas de Natureza Patrimonial

1 Ativo + 3 VPD = 2 Passivo + 4 VPA

(natureza devedora = natureza credora)

Assim, ao final do exercício o Balanço Patrimonial (BP) apresentará os valores da Classe 1 (Ativo) iguais aos da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido). Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 (VPD) e na Classe 4 (VPA) são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido.

Equação 2 – Conferência de Saldos das Contas de Passivo Financeiro e de Execução Orçamentária

2 Passivo (F) = 6 Crédito Empenhado em Liquidação + 6 Crédito Empenhado Liquidado + 6 Restos a Pagar Não Proc. em Liq. + 6 Restos a Pagar Não Proc. Liq. a Pagar + 6 Restos a Pagar Processados a Pagar + 2 Passivo (F) que se refiram a depósitos de terceiros

Pessoal, não precisa memorizar essa equação... seria de uma incoerência enorme a banca exigir um detalhe desses, pois essas equações, na prática, o próprio SIAFI (no âmbito federal) já automatiza e disponibiliza o resultado em consulta específica. Logo, não há porque a banca exigir esse tipo de conhecimento. O que acho válido é você saber quais são as equações previstas no MCASP, mas não precisa saber a descrição, todas as contas que estão inclusas em cada equação, ok?

Equação 3 – Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos

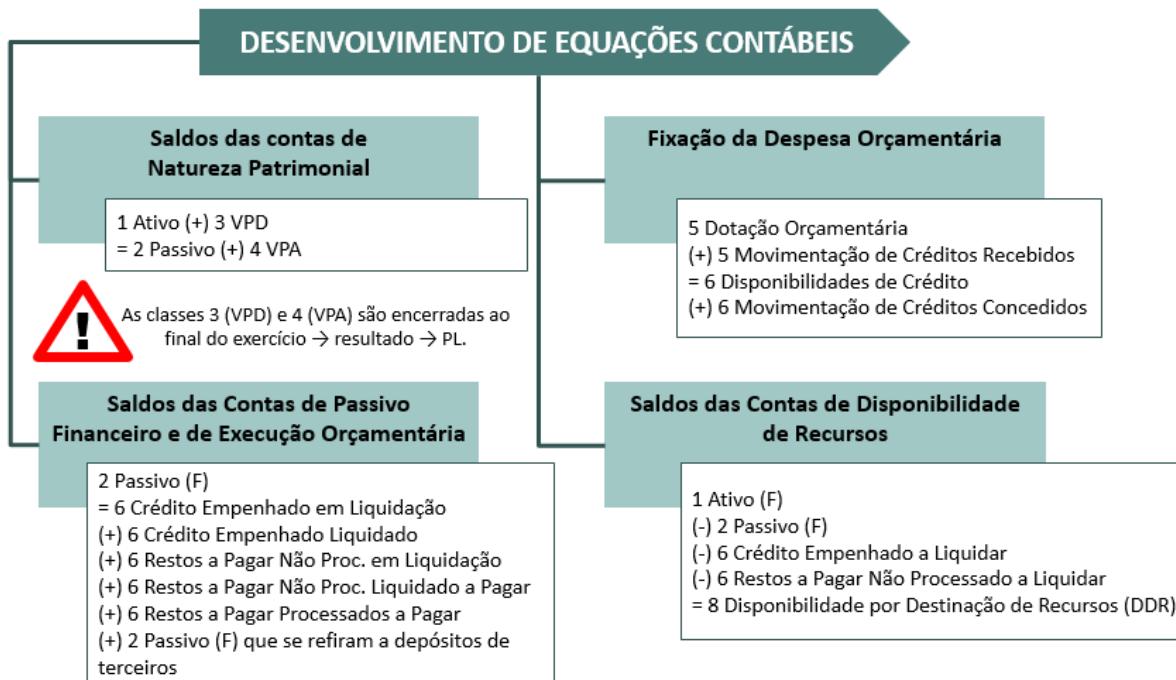
1 Ativo (F) - 2 Passivo (F) - 6 Crédito Empenhado a Liquidar - 6 Restos a Pagar Não Proc. a Liquidar = 8 Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

Equação 4 – Conferência da Fixação da Despesa Orçamentária

5 Dotação Orçamentária + 5 Movimentação de Créditos Recebidos

= 6 Disponibilidades de Crédito + 6 Movimentação de Créditos Concedidos

Esquematicamente, temos:



Regra 4 - Consistência dos Registros e Saldos de Contas

Segundo o MCASP, cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, análise e consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como os reflexos causados nos respectivos demonstrativos.

Esse acompanhamento, por exemplo, na esfera federal é realizado por meio da conformidade contábil e dos registros de gestão.

A análise pode ser realizada, também, por meio do balancete, conforme os seguintes exemplos descritos no MCASP:

- **Análise de saldos invertidos**: no caso de contas que tenham saldo apenas devedor ou credor, de acordo com sua natureza, a apresentação de saldo invertido pode representar a execução de uma operação indevida.
- **Classificação inadequada de receitas e despesas**, tanto para as contas de natureza orçamentária, nas fases de previsão e execução, quanto para as contas de natureza patrimonial (VPA e VPD).
- **Utilização indevida de contas contábeis**, por exemplo uma escola de ensino básico, cuja atividade fim é educação, que apresente, em seu ativo imobilizado, saldo na conta “Aeronaves”, provavelmente realizou uma classificação indevida.
- **Saldos irrisórios ou residuais**: devem ser analisadas as contas que apresentem saldos com valores irrisórios ou sem movimentação por um longo período.
- **Existência de saldos em contas contábeis descritas como “Outros(as)”**: recomenda-se que os registros nessas contas sejam limitados a 10% do total do grupo.



CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS E SALDOS DE CONTAS

Análise de saldos invertidos	contas que tenham saldo apenas devedor ou credor, que apresentem saldo invertido sugerem uma operação indevida
Saldos em contas contábeis descritas como "Outros(as)"	recomenda-se que os registros nessas contas sejam limitados a 10% do total do grupo
Classificação inadequada de receitas e despesas	tanto para as contas de natureza orçamentária (previsão e execução) quanto de natureza patrimonial (VPA e VPD)
Utilização indevida de contas contábeis	por exemplo: uma escola de ensino básico que apresente saldo na conta "Aeronaves" sugere uma operação indevida
Saldos irrisórios ou residuais	devem ser analisadas contas que apresentem saldos com valores irrisórios ou sem movimentação por um longo período

Lançamentos Típicos do Setor Público

A seguir destacamos os principais lançamentos que podem ser alvo de exigência na sua prova.

PREVISÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
5.2 Orçamento Aprovado	6.2 Execução do Orçamento
5.2.1 Previsão da Receita	6.2.1 Execução da Receita
5.2.1.1 Previsão Inicial da Receita D	6.2.1.1 Receita a Realizar C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita

C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

Vamos ver como o assunto já foi explorado em prova!



(DPU) O registro contábil da previsão inicial da receita encontrará amparo na regra vigente caso sejam utilizados, na formação do código da conta de débito, os números 5.2.1.1, que correspondem aos níveis de desdobramento classe, grupo, subgrupo e título.



Comentários

Nessa questão a banca foi um pouco além do que consideramos razoável, pois exigiu conhecimento do código. Minha dica é: saiba os códigos do registro da previsão da receita e da fixação da despesa. Esses são os lançamentos mais exigidos em prova. Portanto, vale memorizarmos os códigos. Para os demais lançamentos o custo-benefício não compensa.

Gabarito: Certo

FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
5.2 Orçamento Aprovado	6.2 Execução do Orçamento
5.2.2 Fixação da Despesa	6.2.2 Execução da Despesa
5.2.2.1 Dotação Orçamentária	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
5.2.2.1.1 Dotação Inicial D	6.2.2.1.1 Crédito Disponível C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

D 5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial

C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

RECONHECIMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (POR COMPETÊNCIA)

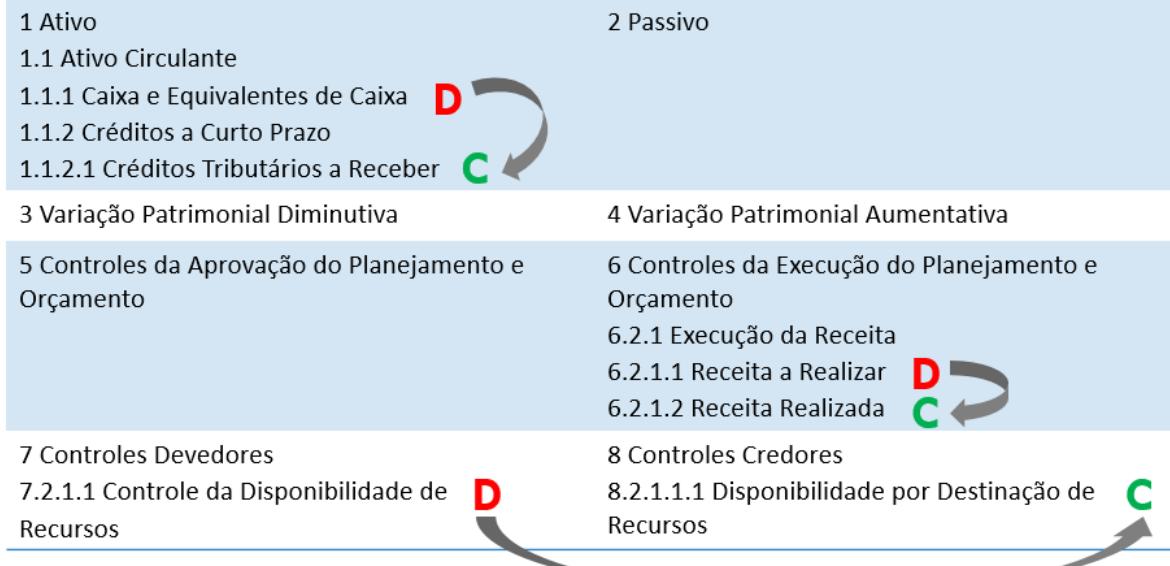
1 Ativo	2 Passivo
1.1 Ativo Circulante	
1.1.2 Créditos a Curto Prazo	
1.1.2.1 Créditos Tributários a Receber D	
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
	4.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
	4.1.1 Impostos C
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

D 1.1.2.1.1.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

C 4.1.1.1.xx.xx VPA – Impostos



ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS POSTERIOR AO FATO GERADOR



D 1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos



(ISS-SP) O registro da arrecadação de uma receita tributária, quanto à natureza orçamentária da informação, utiliza APENAS

- a) as classes 1 e 3.
- b) as classes 5 e 6.
- c) as classes 1, 3, 5 e 6.
- d) a classe 6.
- e) as classes 6, 7 e 8.

Comentários

Nesse tipo de questão em que são exigidos os lançamentos e o respectivo reflexo nas classes, temos que ter total atenção em qual natureza de informação a banca se refere.



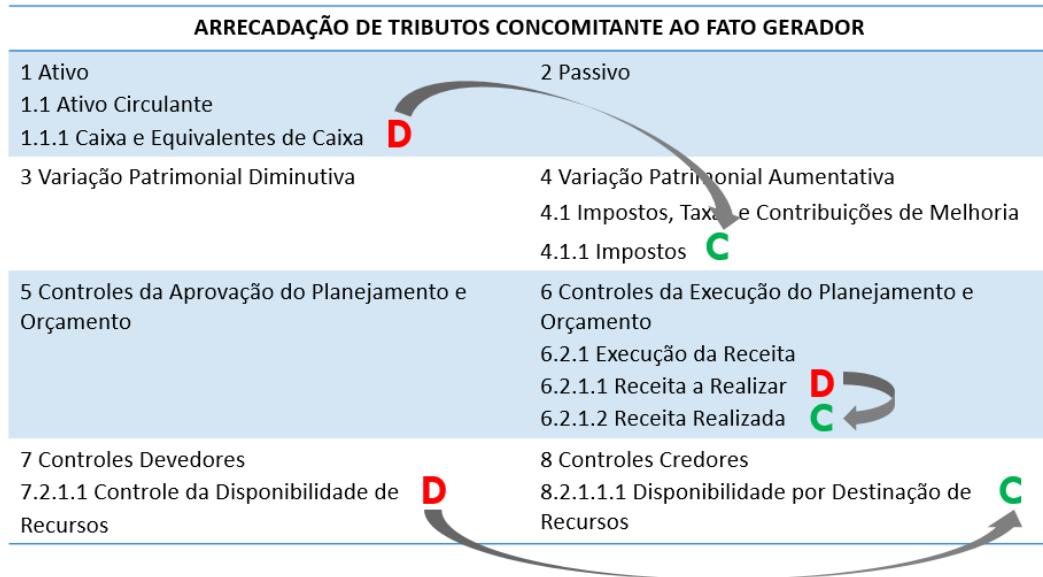
Veja que nessa questão, a banca quer saber o reflexo “quanto à natureza orçamentária da informação”. Somente com esse conhecimento já conseguimos eliminar algumas opções. Conforme estudamos, a natureza orçamentária engloba apenas as classes 5 e 6. Logo, resta-nos as opções “B” e “D”.

Quanto à natureza orçamentária, temos o seguinte registro:

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Logo, há utilização apenas da classe 6.

Gabarito: D



D 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)
C 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Impostos

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos



CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

1 Ativo	2 Passivo
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa D	2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo C
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
	6.2.1 Execução da Receita
	6.2.1.1 Receita a Realizar
	6.2.1.2 Receita Realizada D C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores
7.2.1.1 Controle da Disponibilidade de Recursos	8.2.1.1.1 Disponibilidade por Destinação de Recursos

D 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C 2.1.2.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – EMPENHO

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
	6.2.2 Execução da Despesa
	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
	6.2.2.1.1 Crédito Disponível D
	6.2.2.1.3.01 Crédito Empenhado a Liquidar C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores
	8.2.1 Execução das Disponibilidades por Destinação
	8.2.1.1.1 Disponibilidade por Destinação de D Recursos
	8.2.1.1.2 DDR Comprometida por Empenho C

D 6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar

D 8.2.1.1.1.xx.xx	Disponibilidade por Destinação de Recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx	DDR Comprometida por Empenho

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – REGISTRO DO CONTRATO

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
7 Controles Devedores	8 Controles Credores
7.1 Atos Potenciais	8.1.2 Execução dos Atos Potenciais Passivos
7.1.2 Atos Potenciais Passivos	8.1.2.3 Execução de Obrigações Contratuais
7.1.2.3 Obrigações Contratuais	

D 7.1.2.3.x.xx.xx	Obrigações Contratuais
C 8.1.2.3.x.xx.xx	Execução de Obrigações Contratuais

EXECUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SERVIÇOS PREVIAMENTE CONTRATADOS

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	2.1 Passivo Circulante
3.3.2 Serviços	2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	4 Variação Patrimonial Aumentativa
7 Controles Devedores	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
	6.2.2 Execução da Despesa
	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
	6.2.2.1.301 Crédito Empenhado a Liquidar
	6.2.2.1.303 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
	8 Controles Credores
	8.1.2 Execução dos Atos Potenciais Passivos
	8.1.2.3 Execução de Obrigações Contratuais
	8.1.2.3 Execução de Obrigações Contratuais – Executadas
	8.2.1 Execução das Disponibilidades por Destinação
	8.2.1.1.2 DDR Comprometida por Empenho
	8.2.1.1.3 DDR Comprometida por Liquidação

D 3.3.2.x.x.xx.xx	VPD –Serviços
C 2.1.3.x.x.xx.xx	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)



No caso da aquisição de um bem, o lançamento seria:

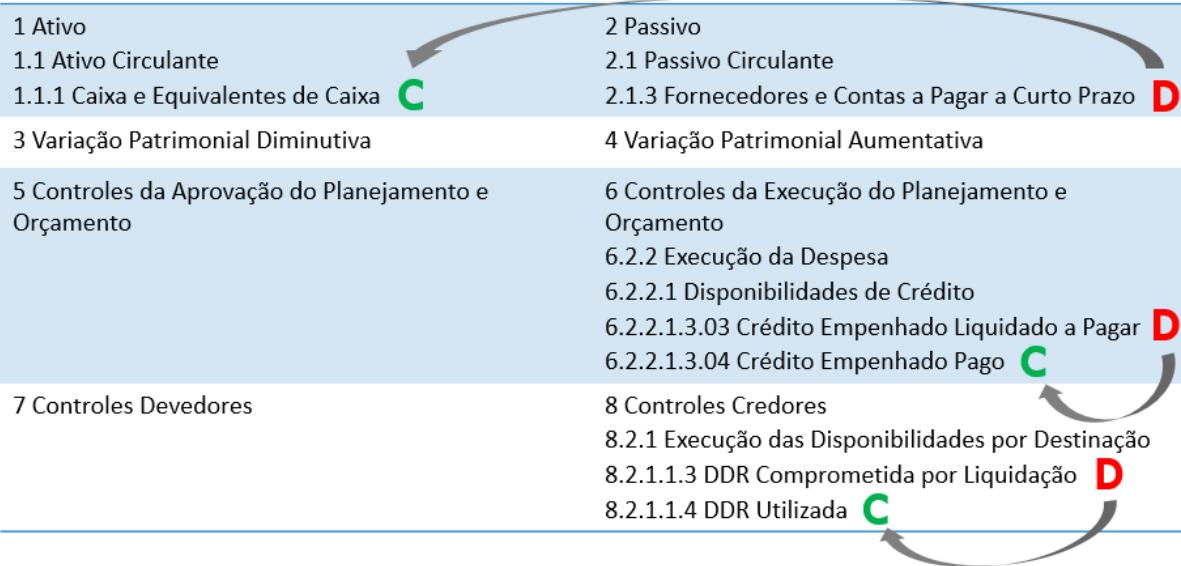
D 1.2.3.x.x.xx.xx	Ativo Imobilizado (P)
C 2.1.3.x.x.xx.xx	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

D 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar
C 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

D 8.1.2.3.x.xx.xx	Execução de Obrigações Contratuais
C 8.1.2.3.x.xx.xx	Execução de Obrigações Contratuais – Executadas

D 8.2.1.1.2.xx.xx	DDR Comprometida por Empenho
C 8.2.1.1.3.xx.xx	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

PAGAMENTO POR SERVIÇOS EXECUTADOS PREVIAMENTE CONTRATADOS



D 2.1.3.x.x.xx.xx	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)
C 1.1.1.x.x.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

D 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6.2.2.1.3.04.xx	Crédito Empenhado Liquidado Pago

D 8.2.1.1.3.xx.xx	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
C 8.2.1.1.4.xx.xx	DDR Utilizada



(STN) Para o registro da venda de um ativo imobilizado com ganho, quanto à natureza patrimonial da informação, são utilizadas contas apenas

- a) da classe 1. b) das classes 1 e 3. c) das classes 1 e 4. d) das classes 1, 4 e 6. e) das classes 1, 7 e 8.

Comentários

Veja que nessa questão a banca solicita a análise quanto à natureza de informação patrimonial. Logo, as classes envolvidas são apenas 1, 2, 3 e 4. Já podemos eliminar as opções "D" e "E".

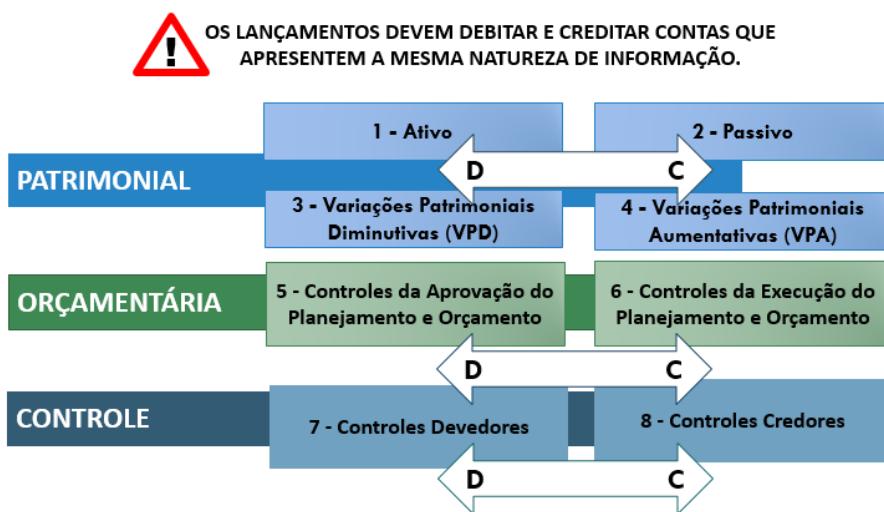
Se há um ganho temos que reconhecer uma VPA, não é mesmo? Logo, usaremos uma conta da classe 4. Com isso já chegamos no nosso gabarito, pois apenas a opção "C" contempla a classe 4 das opções que restaram. Veja que não há necessidade de sair memorizando tudo que é conta... o que você tem que saber é basicamente o seguinte:

Identificar as três naturezas de informações (patrimonial, orçamentária e de controle);

Saber quais as classes compõem cada natureza;

Saber a regra de integridade dos lançamentos (débitos e créditos devem ocorrer na mesma natureza de informação).

Logo, vamos inserir novamente o esquema que resume todas essas informações acima destacadas:



Imprima esse esquema, fixe em algum local em que você possa ler de forma recorrente e leia quantas vezes for necessário para memorizar essas informações.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Ao implantar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o gestor contábil de uma entidade pública tinha algumas dúvidas sobre eventuais mudanças no tratamento dos atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade. Como regra geral e no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, o PCASP dispõe que tais atos:

- a) devem ser evidenciados, quando relevantes, em notas explicativas;
- b) devem ser registrados em contas de controles devedores e de controles credores;
- c) por serem atos administrativos, não são objeto de registro contábil;
- d) são mantidos nas contas de compensação, quando legalmente previstas;
- e) são registrados em contas de natureza patrimonial, dado o potencial impacto no patrimônio.

Comentários

Segundo o MCASP,

O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: [...]

c. Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Gabarito: B

2. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Uma entidade pública precisa fazer o registro contábil de uma despesa cujo fato gerador ocorreu antes do empenho. Sob a perspectiva da informação de natureza patrimonial, haverá um lançamento a débito em uma conta de variação patrimonial diminutiva e um lançamento a crédito em conta de:

- a) crédito a empenhar ou de fornecedores;
- b) crédito a liquidar ou de disponibilidades;
- c) crédito disponível ou de disponibilidades;
- d) disponibilidades ou de fornecedores;
- e) fornecedores ou de crédito em liquidação.

Comentários

Observe que apenas uma opção ("D"), nosso gabarito, possui contas de natureza patrimonial. Todas as demais possuem, ao menos, uma conta de natureza orçamentária, tornando-as erradas.

São contas de natureza orçamentária: Crédito a empenhar; Crédito a liquidar; Crédito disponível; Crédito em liquidação.

Gabarito: D

3. (FGV/Auditor/CGU/2022) Uma entidade do setor público adota o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No balancete apurado em 31/12/X0 constavam as seguintes informações:



1.1.1.0.00.00	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional	R\$ 30.000
1.2.1.1.1.02.00	Clientes	R\$ 80.000
2.1.8.1.0.00.00	Adiantamento de clientes	R\$ 23.000
2.1.1.0.00.00	Obrigações trabalhistas	R\$ 25.000
2.1.1.1.1.04.00	Precatórios de pessoal - regime especial	R\$ 21.000
1.1.3.1.1.01.00	Adiantamentos concedidos a pessoal	R\$ 12.000
1.2.3.8.1.01.00	Depreciação acumulada - bens móveis	R\$ 30.000
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	R\$ 100.000
2.1.3.0.0.00.00	Fornecedores e Contas a pagar a curto prazo	R\$ 34.000
2.1.2.5.0.00.00	Juros e encargos a pagar de empréstimos e financiamentos de curto prazo	R\$ 30.000
2.1.8.9.1.03.00	Suprimentos de fundos a pagar	R\$ 19.000
1.1.2.9.1.99.00	Perdas estimadas em cliente	R\$ 8.000
1.2.3.9.0.00.00	Redução ao valor recuperável de imobilizado	R\$ 8.000

Em seu Plano de Contas, os ativos correspondem a:

a) R\$ 164.000; b) R\$ 176.000; c) R\$ 180.000; d) R\$ 199.000; e) R\$ 220.000.

Comentários

Bastaria identificar as contas de classe 1 e ficar alerta àquelas que são redutoras. Assim, temos: Caixa e equivalente 30.000,00

(+) clientes 80.000,00

(+) Adiantamentos pessoal 12.000,00

(+) Máquinas 100.000,00

(-) Depreciação acumulada (30.000,00)

(-) Perdas estimadas (8.000,00)

(-) Redução ao valor recuperável (8.000,00)

Total **176.000,00**

Gabarito: B

4. (FGV/Analista/MPSC/2022) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contempla um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas no processo de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Esse mecanismo:

a) foi desenvolvido com ênfase na consolidação de informações de natureza orçamentária;



- b) é exclusivo para a consolidação no âmbito dos órgãos e entidades incluídas no orçamento geral da União;
- c) é aplicável a transações intraorçamentárias, mas não a transações que envolvem entes públicos distintos;
- d) deve ser adotado em procedimentos de consolidação que abrangem todas as classes de contas do PCASP;
- e) define a utilização do 5º nível (subtítulo) das contas do PCASP para identificar saldos recíprocos.

Comentários

Segundo o MCASP,

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

Gabarito: E

5. (FGV/Analista/MPSC/2022) De acordo com as disposições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os valores a receber são registrados em uma conta de ativo com atributo Permanente (P), a exemplo de Dívida Ativa de créditos tributários. Adicionalmente, qualquer recebimento de recursos financeiros relativo a esses créditos só deve ser reconhecido com o concomitante registro orçamentário. Para contribuir com essas disposições, uma das regras de integridade do PCASP a serem observadas é que as contas com o atributo Permanente (P) NÃO podem ser movimentadas em contrapartida a:

- a) conta com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, quando houver a execução orçamentária da despesa;
- b) conta de Ativo relativa a disponibilidades financeiras, a exemplo de Caixa e equivalentes de caixa;
- c) conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- d) conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD);
- e) outra conta com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo.

Comentários

Segundo o MCASP,

A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas, este Manual dispõe sobre algumas regras de integridade relativas ao PCASP: [...]

Dessa forma, como regra de integridade, deve-se observar que as contas com o atributo Permanente (P) apenas poderão ser movimentadas em contrapartida a:

- i. Conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);*
- ii. Conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD);*
- iii. Outra conta marcada com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo; e*
- iv. Conta marcada com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, **exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária da despesa.***
- v. Conta marcada com o atributo Financeiro (F), **exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária da receita.***



- a. **Certo**. Item IV acima descrito.
- b. **Errado**. Não há essa possibilidade, conforme descrito acima.
- c. **Certo**. Item I acima descrito.
- d. **Certo**. Item II acima descrito.
- e. **Certo**. Item III acima descrito.

Gabarito: B

6. (FGV/Analista/MPSC/2022) Os estágios da despesa pública decorrem de procedimentos administrativos e ensejam registros de natureza contábil, que geram informações para fins de controle e acompanhamento da execução orçamentária. No caso concreto do registro do estágio do empenho de uma despesa com aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso posterior, mediante solicitação, a contrapartida do lançamento a débito será em conta de natureza:

- a) patrimonial: Estoque – Almoxarifado;
- b) patrimonial: Fornecedores e Contas a Pagar;
- c) patrimonial: Variação Patrimonial Diminutiva;
- d) orçamentária: Crédito Disponível;
- e) orçamentária: Crédito Empenhado a Liquidar.

Comentários

O próprio MCASP traz o exemplo tratado pela questão:

Na aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, no qual será reconhecida a despesa orçamentária:

- a. *No momento do empenho:*

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Como a questão solicitou a contrapartida do débito, devemos creditar a rubrica **crédito empenhado a liquidar**.

Uma dica: quando se tratar de empenho não há movimentação patrimonial, mas apenas orçamentária. Somente com isso em mente você excluiria três opções.

Gabarito: E

7. (FGV/Técnico/DPE-RJ/2019) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. O mecanismo identifica o 5º nível de detalhamento das contas quando os respectivos saldos devem ser excluídos ou não da consolidação. Dessa forma, os saldos de operações decorrentes de transações entre entidades que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente público devem ser identificados no 5º nível com o dígito:

- a) 1;
- b) 2;
- c) 3;
- d) 4;
- e) 5;

Comentários



Nesse caso, os saldos são identificados com o dígito 2. Dica: “mesmo ente” = INTRA = dígito 2.

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Gabarito: B

8. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Para garantir a integridade dos procedimentos contábeis, o PCASP dispõe sobre algumas regras de integridade.

Com relação a lançamentos contábeis, é correto afirmar que:

- a) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4;
- b) os de natureza de controle apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6;
- c) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1 e 2;
- d) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8;
- e) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.

Comentários

Conforme estudamos, a lógica dos lançamentos (débitos e créditos) no âmbito do PCASP seguem a seguinte lógica, de acordo com a sua natureza da informação:

- Natureza patrimonial: apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.
- Natureza orçamentária: apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6.
- Natureza de controle: apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.

Gabarito: A

9. (FGV/Analista/IBGE/2017) Um dos objetivos da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é padronizar os registros contábeis das entidades do setor público a fim de permitir a consolidação nacional das contas públicas. No PCASP as contas são agrupadas em classes, de acordo com a natureza da informação. Uma das classes relacionadas com a natureza de informação orçamentária é:

- a) atos potenciais;
- b) apuração de custos;



- c) controles devedores;
- d) variações patrimoniais diminutivas;
- e) controles da execução do planejamento e orçamento.

Comentários

As classes relacionadas à natureza orçamentária são: controles da aprovação do planejamento e orçamento e controles da execução do planejamento e orçamento.

Gabarito: E

10. (FGV/Especialista Legislativo/2017) A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. De acordo com as disposições com a segregação das contas:

- a) a consolidação de contas ocorre com as informações do quarto nível de segregação;
- b) as classes de contas podem ser integradas entre as diferentes naturezas de informação;
- c) as classes que envolvem contas de receitas e despesas reconhecidas por competência são de natureza patrimonial;
- d) os entes da federação não devem detalhar as contas além dos níveis do PCASP em decorrência da consolidação;
- e) os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos cinco níveis.

Comentários

a. **Errado.** A consolidação de contas ocorre com as informações do **quinto** nível de segregação.

b. **Errado.** Negativo. Trata-se de uma regra de integridade do PCASP:

O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitá e creditá contas que apresentem a mesma natureza de informação.

c. **Certo.** De acordo com o MCASP, as contas que segregam informações relativas a receitas e despesas por competência, são as contas patrimoniais.

d. **Errado.** Segundo o MCASP, caso algum ente entenda necessário, **poderá**, também, **desdobrar as contas contábeis além do 7º nível (subitem)**. Outros níveis poderão ser utilizados, por exemplo, para o registro de informações complementares na conta contábil.

e. **Errado.** Segundo o MCASP, os planos de contas dos entes da Federação **deverão ter pelo menos 7 níveis**. Eventuais níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 0 (zero).

Gabarito: C

11. (FGV/Analista/TJ-BA/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (MCASP/PCASP) classifica as contas contábeis segundo a natureza das informações que evidenciam. Um grupo de contas de informação de natureza patrimonial é:

- a) apuração de custos;
- b) execução da Dívida Ativa;



- c) execução de Restos a Pagar;
- d) execução dos Riscos Fiscais;
- e) exploração e venda de bens, serviços e direitos.

Comentários

- a. **Errado.** Apuração de custos → natureza de controle
- b. **Errado.** Execução da Dívida Ativa → natureza de controle
- c. **Errado.** Execução de Restos a Pagar → natureza orçamentária
- d. **Errado.** Execução dos Riscos Fiscais → natureza de controle
- e. **Certo.** Exploração e venda de bens, serviços e direitos → natureza patrimonial. Trata-se de uma variação patrimonial aumentativa.

Gabarito: E

12. (FGV/Contador/Niterói/2015) Uma das mudanças introduzidas nos procedimentos contábeis das entidades públicas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) refere-se ao reconhecimento por competência de fatos que alteram a situação patrimonial da entidade. Para isso, o plano de contas dispõe as contas em classes cujas regras de lançamento devem garantir a integridade dos fatos registrados. Dessa forma, o reconhecimento patrimonial de uma VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária enseja o seguinte lançamento:

- a) D – Classe 1
C – Classe 4
- b) D – Classe 2
C – Classe 3
- c) D – Classe 3
C – Classe 1
- d) D – Classe 3
C – Classe 2
- e) D – Classe 4
C – Classe 2

Comentários

O MCASP nos fornece um exemplo de reconhecimento patrimonial de uma VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária: o registro da apropriação mensal do 13º salário. Os lançamentos são os seguintes:

Pela apropriação mensal (1/12 do 13º salário):

Natureza da informação: patrimonial

D 3.1.1.x.x.xx.xx Remuneração a Pessoal

C 2.1.1.1.x.xx.xx Pessoal a Pagar - 13º Salário (P)



Logo, o reconhecimento patrimonial de uma VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária enseja um lançamento envolvendo débito na classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) e um crédito na classe 2 (Passivo).

Gabarito: D

13. (FGV/Agente/TCM-SP/2015) O reconhecimento contábil de um passivo exigível em uma entidade do setor público representa algumas peculiaridades quanto às etapas da execução orçamentária da despesa pública. O registro da etapa da despesa entre o empenho e a liquidação chamada “em liquidação” significa que:

- a) a despesa gerou obrigações independentes de autorização orçamentária;
- b) houve apenas comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho;
- c) houve conclusão das etapas da despesa orçamentária, exceto pagamento;
- d) houve ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva e a não ocorrência da liquidação da despesa;
- e) o fato gerador do passivo exigível ocorreu e está pendente do empenho da despesa orçamentária.

Comentários

Para resolver essa questão vamos ver a excelente lição que encontramos no MCASP sobre o assunto:

Crédito Empenhado em Liquidação

No Balanço Patrimonial (BP), o passivo financeiro corresponde:

a. às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas; e

b. aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções. Dessa forma, o passivo financeiro não será composto apenas pelas contas da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributo (F), pois a essas contas deve-se somar o saldo das despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores da obrigação patrimonial ainda não tenham ocorrido, obtido na conta Crédito Empenhado a Liquidar. Destaca-se que ao final do exercício, o passivo financeiro poderá também contemplar os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados a liquidar.

A conta de Créditos Empenhados a Liquidar compreendia todas as despesas orçamentárias empenhadas, independente da ocorrência ou não do fato gerador. Ocorre que para as despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores ocorreram, mas ainda não foi concluída a etapa da liquidação, já existe um passivo patrimonial correlato, diferentemente daquelas despesas orçamentárias cujos fatos geradores ainda não ocorreram.

Esse fato dificultava a correta mensuração do passivo financeiro, uma vez que a soma dos saldos das contas da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com o atributo (F) com o saldo da conta Créditos Empenhados a Liquidar acarretaria duplicação de valores no Balanço Patrimonial para os casos em que o reconhecimento do passivo patrimonial (no momento do fato gerador) ocorre antes da liquidação.

Para identificar essa situação intermediária foi criada a conta Crédito Empenhado em Liquidação. O saldo das despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores ocorreram, mas que ainda não foi liquidado deverá ser transferido da conta Créditos Empenhados a Liquidar para esta nova conta. Desta forma, foi possível identificar os créditos que já foram contabilizados como passivo financeiro no Balanço Patrimonial.



Cabe ressaltar que os Créditos Empenhados a Liquidar não são reconhecidos no quadro principal do balanço patrimonial, mas compõem o passivo financeiro, de acordo com o §3º do art. 105 da Lei n. 4.320/1964.

Logo, no cálculo do passivo financeiro o valor dos créditos empenhados a liquidar deve ser somado ao saldo dos passivos patrimoniais com atributo (F). Deste modo, para apresentar os ativos e passivos financeiros em sua totalidade, o Balanço Patrimonial é acompanhado por um quadro específico com esta visão conforme conceitos apresentados na Lei n. 4.320/1964.

Gabarito: D

14. (FGV/Técnico/DPE-RO/2015) Na atualidade, a Contabilidade Pública está migrando de um modelo com viés orçamentário para um outro, de maior modernidade e abrangência, com ênfase na informação patrimonial. Assim, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considere que: 1) Ativo; 2) Passivo e Patrimônio Líquido; 3) Variação Patrimonial Diminutiva; 4) Variação Patrimonial Aumentativa; 5) Controles da aprovação do Planejamento e Orçamento; 6) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

Assim, levando em conta a ênfase na contabilidade patrimonial, a lógica do registro contábil pelo regime de competência está relacionada aos grupos:

- a) 1, 2, 3, 4, 5 e 6;
- b) 1, 2, 3, 5 e 6;
- c) 1, 2 e 3;
- d) 5 e 6;
- e) 1, 2, 3 e 4.

Comentários

O regime de competência está atrelado ao subsistema patrimonial que no PCASP se reflete na natureza de informação patrimonial, ou seja, às classes 1, 2, 3 e 4.

Cabe destacar que as classes 5 e 6 estão ligadas ao subsistema orçamentário, natureza de informação orçamentária do PCASP.

Gabarito: E

15. (FGV/Analista/DPE-RO/2015) Em decorrência da necessidade de cumprir o disposto na Lei complementar nº 101/2000, art. 51, que prevê que o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público contém algumas regras que devem ser observadas. Sobre as regras de consolidação do PCASP, analise as afirmativas a seguir.

- I – Todas as classes de contas devem utilizar o 5º nível para identificação de saldos recíprocos.
- II – As contas do PCASP identificadas com o dígito 2 no 5º nível (INTRA-OFSS) deverão ser excluídas no processo de consolidação de cada ente.
- III – As contas identificadas no 5º nível com o dígito 1 (Consolidação) compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.



Comentários

I – **Errado.** A a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos, da seguinte forma:

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

II – **Certo.** Perfeito! Segundo o MCASP, o processo de consolidação **do ente** deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e **excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).**

III – **Certo.** Conforme comentário ao item II acima.

Gabarito: E

16. (FGV/Analista/DPE-RO/2015) A implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) gerou a necessidade de observar algumas regras para assegurar a integridade dos procedimentos, bem como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas. Sobre as regras de integridade do PCASP, é correto afirmar que:

- a natureza de informação patrimonial contempla todos os registros anteriormente classificados como financeiro e patrimonial;
- as contas com o atributo Permanente podem ser movimentadas em contrapartida a conta com o atributo Financeiro;
- as contas de conta de variação patrimonial aumentativa e diminutiva só podem ser movimentadas entre si;
- os lançamentos contábeis podem ser realizados utilizando contas de natureza de informação distintas;
- os saldos credores e devedores de uma mesma natureza de informação podem apresentar diferenças, em decorrência da apuração do resultado.

Comentários



a. **Certo.** Conforme estudamos, a natureza de informação patrimonial registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

b. **Errado.** Segundo o MCASP, não é possível movimentar contas do atributo permanente em contrapartida do atributo financeiro.

c. **Errado.** Nada a ver! As VPAs e VPDs são movimentadas em contrapartida de contas patrimoniais.

d. **Errado.** Segundo o MCASP, os lançamentos contábeis só podem ser realizados utilizando contas de uma mesma natureza de informação, conforme detalhamento a seguir:

- lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4)
- lançamentos de natureza orçamentária (entre as classes 5 e 6)
- lançamentos de natureza de controle (entre as classes 7 e 8)

e. **Errado.** Em decorrência da regra de integridade comentada na opção "D" acima, os saldos credores e devedores de uma mesma natureza de informação devem ser iguais.

Gabarito: A

17. (CESPE/Analista/TJ-PA/2020) Relativamente às classes de contas, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em

- a) duas classes, sendo as contas contábeis classificadas dentro uma mesma natureza de informação contábil.
- b) três classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, patrimonial e fiscal.
- c) quatro classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: contas patrimoniais, contas de resultado, contas de controle orçamentário e contas de controle de atos potenciais.
- d) seis classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
- e) oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: patrimonial, orçamentaria e de controle.

Comentários

O PCASP é dividido em oito classes de acordo com a sua natureza, patrimonial, orçamentária e de controle.

Natureza da Informação	Classes	
PATRIMONIAL	1 - Ativo	2 – Passivo e PL
	3 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	4 - Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
ORÇAMENTÁRIA	5 - Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 - Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
CONTROLE	7 - Controles Devedores	8 - Controles Credores



Gabarito: E

18. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo com a adequada elaboração das DCASP, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações a serem incluídas ou excluídas na consolidação: a utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial. Conforme esse mecanismo, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito

- a) 1 (consolidação).
- b) 2 (intra OFSS).
- c) 3 (inter OFSS – União).
- d) 4 (inter OFSS – estado).
- e) 5 (inter OFSS – município).

Comentários

Lembre-se que temos dois tipos de consolidação: Nacional e do Ente.

O processo de consolidação do ente deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).

O processo de consolidação nacional deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (Consolidação), e excluir as que apresentam os dígitos 2 (Intra OFSS), 3, 4 e 5 (Inter OFSS).

Gabarito: B

19. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Na metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis estão segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados, o que permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Nessa metodologia, o PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis

- a) orçamentária, financeira e de compensação.
- b) operacional, de financiamentos e de investimentos.
- c) fiscal, de seguridade social e de investimentos.
- d) patrimonial, de investimentos e de financiamentos.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

Comentários

Segundo o MCASP, no PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.

Gabarito: E

20. (CESPE/Auditor/TCE-RO/2019) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa um importante instrumento de fomento à transparência pública. A respeito do PCASP, julgue os itens seguintes.



- I O PCASP segrega informações de forma que os registros orçamentários não alterem os registros contábeis.
- II No PCASP, as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas são contabilizadas pelo regime de competência.
- III O registro dos procedimentos contábeis do PCASP relativos à depreciação, amortização, exaustão e reavaliação de ativos estão em conformidade com as normas internacionais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

I – Certo. O PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa. A banca usou o termo “registros contábeis” como sinônimo de “patrimoniais”. No contexto, ficou estranho, mas foi considerado correto. A meu ver haveria espaço para questionamento via recursos...

II – Certo. As VPAs e VPDs devem ser reconhecidas segundo o fato gerador, seguindo o regime de competência.

III – Certo. Entre as inovações permitidas pelo PCASP está o registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros. Incluem-se também os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (*impairment*), dentre outros.

Gabarito: E

21. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Assinale a opção que identifica um subgrupo da classe passivo.

- a) receita diferida líquida
- b) créditos realizáveis a longo prazo
- c) execução de restos a pagar
- d) receita corrente
- e) juros e encargos da dívida pagos

Comentários

As receitas diferidas compreendem o valor das variações patrimoniais aumentativas (receitas antecipadas) já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja nenhum tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Logo, são obrigações que devem ser reconhecidas em classe do passivo.

Os créditos realizáveis a longo prazo são reconhecidos em contas do ativo (não circulante).



A execução de restos a pagar é registrada usando-se contas da classe 6 (Controles da execução do planejamento e orçamento) do PCASP.

As receitas correntes, em sua execução orçamentária, movimentarão contas da classe 6.

Os juros e encargos da dívida pagos são registrados na classe 3 – VPD.

Gabarito: A

22. (CESPE/Analista/TRT7/2017) Acerca do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), assinale a opção correta.

- a) A classe de contas 6 (controles da execução do planejamento e orçamento) compreende informações a respeito da execução do planejamento, do orçamento, dos restos a pagar e da dívida ativa.
- b) A classe de contas 8 (controles credores) possui contas relativas ao planejamento dos atos potenciais, da administração financeira, dos riscos fiscais e dos consórcios públicos.
- c) As classes de contas 1 (ativo), 2 (passivo), 3 (variação patrimonial diminutiva.) e 4 (variação patrimonial aumentativa.) são classes de contas com informações de natureza patrimonial.
- d) A classe de contas 3 (variação patrimonial diminutiva.) é de natureza credora, e a 4 (variação patrimonial aumentativa.) é de natureza devedora.

Comentários

a. **Errado.** De fato, a classe 6 compreende informações a respeito da execução do planejamento, do orçamento, dos restos a pagar. Porém, é a classe 8 que compreende informações a respeito da execução da dívida ativa.

b. **Errado.** A classe de contas 8 (controles credores) possui contas relativas à execução dos atos potenciais, da administração financeira, dos riscos fiscais e dos consórcios públicos.

c. **Certo.** Perfeito! De fato, as classes 1, 2, 3 e 4 pertencem à natureza de informação patrimonial.

d. **Errado.** A classe de contas 3 (variação patrimonial diminutiva.) é de natureza devedora, e a 4 (variação patrimonial aumentativa.) é de natureza credora.

Gabarito: C

23. (CESPE/Analista/TRE-BA/2017) A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial), para identificar os saldos recíprocos considerando-se os seguintes dígitos: 1 (consolidação), 2 (intra OFSS) e 3, 4 e 5 (inter OFSS). OFSS significa orçamento fiscal e da segurança social.

Utilizando-se esse mecanismo, o processo de consolidação do ente deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta

- a) o dígito 1 (consolidação) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 2 (intra OFSS) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS).
- b) o dígito 1 (consolidação) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 2 (intra OFSS).



c) o dígito 2 (intra OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS).

d) o dígito 2 (intra OFSS) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação).

e) os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação) e o dígito 2 (intra OFSS).

Comentários

O mecanismo utilizado pelo PCASP para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos, da seguinte forma:

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x. 1 .xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que <u>não serão excluídos</u> nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
x.x.x.x. 2 .xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão <u>excluídos</u> nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x. 3 .xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão <u>excluídos</u> nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x. 4 .xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão <u>excluídos</u> nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x. 5 .xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão <u>excluídos</u> nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Logo, o processo de consolidação DO ENTE deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).

Vale destacar que **existem dois tipos de consolidação: NACIONAL e do ENTE**.

O processo de consolidação **DO ENTE** deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o **dígito 2** (Intra OFSS).

O processo de consolidação **NACIONAL** deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (Consolidação), e excluir as que apresentam os **dígitos 2** (Intra OFSS), **3, 4 e 5** (Inter OFSS).

Observe que a consolidação nacional exclui todos os dígitos (2, 3, 4 e 5). Já a consolidação do ente exclui apenas o dígito 2.

Gabarito: B

24. (CESPE/Analista/TJ-CE/2014) No que se refere à estrutura e às regras de integridade do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), composto por oito classes de contas, assinale a opção correta.

a) São utilizados os atributos F (financeiro) e P (permanente) para indicar se um ativo ou um passivo deve ser registrado em contas de curto prazo ou de longo prazo.



- b) É possível que lançamentos efetuados em contas de natureza de informação patrimonial tenham como contrapartida contas de natureza de informação orçamentária.
- c) A estrutura do PCASP foi elaborada de forma a identificar as contas, segregando os valores gerados a partir de transações que serão incluídas ou não na consolidação contábil.
- d) Caso seja necessário, os entes da federação podem detalhar a relação de contas do PCASP em qualquer nível.
- e) Na estrutura definida para o PCASP, uma transação governamental não pode guardar relação com mais de uma natureza de informação.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

- a. **Errado.** Os atributos (F) e (P) são utilizados para indicar se as contas são do ativo financeiro ou do ativo permanente, para fins de cálculo do superávit financeiro.
- b. **Errado.** Conforme estudamos, os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.
- c. **Certo.** Segundo o MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.
- d. **Errado.** Segundo o MCASP, em regra, os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP. A exceção a essa regra é a abertura do 5º nível (subtítulo) em Intra OFSS, Inter OFSS ou Consolidação quando o ente entender ser necessária e a conta não estiver detalhada neste nível no PCASP. Vale anotar que, caso o PCASP detalhe o 5º nível, seu uso é obrigatório.
- e. **Errado.** Conforme vimos no comentário da questão anterior, uma transação governamental pode sim guardar relação com mais de uma natureza de informação.

Gabarito: C

25. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) Em 31/12/2021, uma entidade pública constatou a necessidade de efetuar o registro contábil de ajuste de perdas para adequar o valor de estoques adquiridos em fevereiro de 2021 ao seu valor realizável líquido. O referido registro contábil, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi efetuado por meio do seguinte lançamento contábil:

- a) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados
Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- b) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- c) Débito: 4.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- d) Débito: 6.x.x.x.x.xx.xx Despesa Realizada com Estoques

Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx Estoques

e) Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados

Comentários

Trata-se do reconhecimento de uma perda. Logo, temos o registro de uma VPD. O reconhecimento de qualquer VPD gera um lançamento a débito de uma conta de classe 3 do PCASP. Observe que apenas uma opção apresenta essa perspectiva. Somente esse raciocínio já seria suficiente para acertar a questão. Segundo o MCASP,

A prática de ajustar o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda, troca, distribuição ou uso.

O lançamento para contabilização do ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido é o seguinte:

Natureza da informação: patrimonial

D 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques

C 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

Gabarito: B

26. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis “Inscrição de Restos a Pagar”, “Execução de Restos a Pagar” e “Execução da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa” pertencem, respectivamente, às classes

- a) 2, 2 e 1. b) 5, 6 e 2. c) 2, 2 e 3. d) 5, 6 e 8. e) 6, 6 e 1.

Comentários

Vejamos a classificação de cada rubrica contábil.

Inscrição de Restos a Pagar: conta de natureza da informação orçamentária, representada pela **classe 5, grupo 3**.

Execução de Restos a Pagar: conta de natureza da informação orçamentária, representada pela **classe 6, grupo 3**.

Execução da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa: conta de natureza da informação de controle, representada pela **classe 8, grupo 3**.

Gabarito: D

27. (FCC/Analista/TRT4/2022) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a conta contábil

- a) “Ajustes de Exercícios Anteriores” pertence à natureza da informação de resultado.
b) “Atos Potenciais Passivos” pertence ao grupo denominado Passivo Circulante.
c) “Receita Realizada” pertence à natureza da informação patrimonial.
d) “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” pertence à classe denominada Ativo.
e) “Crédito Disponível” pertence ao grupo denominado Ativo.



Comentários

- a. **Errado.** Pertence à natureza de informação patrimonial.
- b. **Errado.** Os atos potenciais passivos estão enquadrados na natureza de informação de controle (não são passivos).
- c. **Errado.** Pertence à natureza de informação orçamentária.
- d. **Certo.** Perfeito! Constituem os créditos de curto prazo. Segundo o MCASP,

Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e **empréstimos e financiamentos concedidos** realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

- e. **Errado.** Pertence à natureza de informação orçamentária.

Gabarito: D

28. (FCC/Analista/TRT4/2022) Uma entidade pública classificou como Ativo Contingente a provável entrada de recursos em decorrência do valor pago indevidamente a ex-servidores cujos procedimentos administrativos para a reposição ao erário estavam suspensos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido Ativo Contingente deve ser registrado por meio de contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes à(s) classe(s)

- a) 7 e 8, apenas. b) 7, apenas. c) 1, 4, 7 e 8. d) 1 e 4, apenas. e) 1, apenas.

Comentários

Segundo o MCASP,

Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas. No entanto, quando uma entrada de recursos for considerada provável, eles deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.

Lançamentos de registro de ativos contingentes:

Natureza da Informação: controle

D 7.1.1.x.x.xx.xx Atos Potenciais Ativos

C 8.1.1.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Ativos

Portanto, devemos evidenciá-los nas contas de controle (7 e 8).

Gabarito: A

29. (FCC/Analista/TRT22/2022) Uma entidade pública recebeu, em 05/07/2022, doações em dinheiro. Considerando que é provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços das doações fluam para a referida entidade e que o valor justo das doações recebidas é mensurado de maneira confiável, o registro contábil, em 05/07/2022, foi realizado com a utilização de contas contábeis pertencentes às naturezas da informação patrimonial e orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público APENAS das classes

- a) 1. b) 1 e 3. c) 1 e 4. d) 1, 4 e 6. e) 6.

Comentários



Como a questão solicita os lançamentos nas naturezas de informação patrimonial e orçamentária, devemos utilizar as seguintes classes:

Natureza patrimonial: **1** – Ativo e **4** – Variações Patrimoniais Aumentativas.

Natureza orçamentária: **6** – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

Como a doação foi em dinheiro, há uma arrecadação. Devemos considerar como receita orçamentária do exercício, por força do art. 57 da Lei n. 4.320/64, segundo o qual “serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas”.

Gabarito: D

30. (FCC/Analista/TRT22/2022) De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o grupo denominado

- a) Apuração de Custos pertence à classe Controles Devedores.
- b) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras pertence à classe Resultado Patrimonial.
- c) Inscrição de Restos a Pagar pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- d) Planejamento Aprovado pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- e) Execução da Administração Financeira pertence à classe Controles Credores.

Comentários

- a. **Errado.** Pertence à classe “Controles Credores”.
- b. **Errado.** Não existe classe “Resultado Patrimonial”. As VPAs Financeiras pertencem à classe “Variações Patrimoniais Aumentativas”.
- c. **Errado.** Pertencem à classe “Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento”.
- d. **Errado.** Pertence à classe “Controles de Aprovação do Orçamento”.
- e. **Certo.** De fato, pertence à classe de “Controles Credores”.

Gabarito: E

31. (FCC/Analista/TRT23/2022) O registro contábil inicial de um Passivo Contingente por uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deve ser efetuado por meio dos seguintes lançamentos:

a) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Passivos Contingentes Constituídos

b) Débito: 4.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Passivos Contingentes Constituídos

c) Débito: 5.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais

Crédito: 6.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

d) Débito: 7.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Passivos



e) Débito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais

Crédito: 7.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

Comentários

Segundo o MCASP,

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.

Registro de passivos contingentes

Natureza de informação: controle

D 7.1.2.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

C 8.1.2.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Passivos

Gabarito: D

32. (FCC/Analista/TRT23/2022) As contas contábeis “Crédito Empenhado a Liquidar”, “Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada” e “Adiantamentos de Clientes” pertencem, respectivamente, às seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- a) 5, 7 e 2. b) 5, 8 e 1. c) 6, 7 e 2. d) 6, 8 e 1. e) 6, 8 e 2.

Comentários

“Crédito empenhado a liquidar” é uma conta de natureza orçamentária. Pertence à classe **6**.

“Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada” é uma conta de natureza de controle. Pertence à classe **8**.

“Adiantamento de Cliente” é uma conta de natureza patrimonial. Pertence à classe **2**.

Gabarito: E

33. (FCC/Analista/TRT11/2017) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são contas do Ativo:

- a) Participações Permanentes; Descontos Financeiros Obtidos.
b) Variações Monetárias e Cambiais; Bens Imóveis.
c) Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente; Softwares.
d) Provisões de Curto Prazo; Depreciação Acumulada – Bens Imóveis.
e) Propriedades para Investimentos; Resultados de Exercícios Anteriores.

Comentários

a. **Errado.**

Participações Permanentes → Ativo

Descontos Financeiros Obtidos → Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

b. **Errado.**

Variações Monetárias e Cambiais → Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) ou Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

Bens Imóveis → Ativo



c. **Certo.**

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente → Ativo

Softwares → Ativo

d. **Errado.**

Provisões de Curto Prazo → Passivo

Depreciação Acumulada – Bens Imóveis → Retificadora de Ativo

e. **Errado.**

Propriedades para Investimentos → Ativo

Resultados de Exercícios Anteriores → o nome utilizado no PCASP é “Resultados Acumulados”. De qualquer forma, trata-se de uma conta do Patrimônio Líquido.

Gabarito: C

34. (FCC/Analista/PGE-MT/2016) As contas que registram a execução das cotas, repasses e sub-repasses para atender a despesas orçamentárias, restos a pagar autorizados e demais dispêndios extra orçamentários são contas de natureza de informação

- a) patrimonial. b) orçamentária. c) extra orçamentária. d) de custos. e) de controle.

Comentários

Questão sinistra! Conforme estudamos, as contas de natureza de informação de controle registram, processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Ocorre que o examinador colocou a descrição de uma conta no comando da questão, senão vejamos:

7.2.2.0.0.00.00 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA: Compreende as contas que registram as cotas, repasses e sub-repasses para atender a despesas orçamentárias, restos a pagar autorizados e demais dispêndios extra orçamentários.

Trata-se de uma conta da classe 7 e, portanto, da natureza de informação de controle!

Exigência bem fora da razoabilidade, não é mesmo?

Gabarito: E

35. (FCC/Analista/CREMESP/2016) As contas das classes 3 e 4, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são utilizadas para a apuração

- a) do Resultado Orçamentário.
b) do Resultado Financeiro.
c) do Resultado Patrimonial.
d) da Liquidez Corrente.
e) do Superávit financeiro.

Comentários



As classes 3 e 4 referem-se respectivamente às VPDs e VPAs, as quais confrontadas no âmbito da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) nos retornam o resultado patrimonial.

Gabarito: C

36. (FCC/Analista/CREMESP/2016) Uma obrigação contratual que pode vir a afetar o patrimônio de um Conselho Regional de Medicina deve ser registrada em contas de informação de natureza

- a) orçamentária, pois corresponde ao estágio de empenho da despesa.
- b) patrimonial, pois é um ato potencial ativo.
- c) de controle, pois é um ato potencial ativo.
- d) de controle, pois é um ato potencial passivo.
- e) orçamentária, pois é um ato potencial passivo.

Comentários

Conforme estudamos, as contas de **natureza de informação de controle** registram, processam e evidenciam **os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público**, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Nesse sentido, uma obrigação contratual que pode vir a afetar o patrimônio de um Conselho Regional de Medicina deve ser registrada em contas de informação de natureza de controle, pois é um ato potencial passivo.

Gabarito: D

37. (FCC/Analista/CREMESP/2016) Execução da Administração Financeira e Execução da Dívida Ativa são

- a) subgrupos do grupo de contas Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- b) classes do grupo de contas Variação Patrimonial Aumentativa.
- c) grupos da classe de contas Controles Credores.
- d) classes do grupo de contas Controles Devedores.
- e) grupos da classe de contas Passivo e Patrimônio Líquido.

Comentários

Execução da Administração Financeira e Execução da Dívida Ativa são grupos da classe de contas Controles Credores, conforme podemos observar abaixo:

8 – Controles Credores

8.1 - Execução dos Atos Potenciais

8.2 - Execução da Administração Financeira

8.3 - Execução da Dívida Ativa

8.4 - Execução dos Riscos Fiscais

8.8 - Apuração de Custos

8.9 - Outros Controles

Gabarito: C



38. (FCC/Analista/TRF3/2016) No Balanço Patrimonial do exercício de 2015, da Autarquia Hospitalar Federal do Sudeste, o valor total do ativo é de R\$ 880.760.000. Desse montante, 25% referem-se ao Ativo Circulante. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, NÃO se classifica no Ativo Circulante, a conta identificada pelo código:

- a) 1.1.2.6.0.00.00 – Dívida Ativa não Tributária.
- b) 1.1.3.1.1.01.00 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal.
- c) 1.2.1.1.1.01.00 – Créditos Tributários a Receber.
- d) 1.1.1.1.0.00.00 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
- e) 1.1.2.4.0.00.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

Comentários

Uma pequena dose de percepção nos permitira acertar facilmente essa questão. Veja que apenas a opção “C” apresenta uma conta cujo segundo dígito é “2”.

Vou inserir novamente o quadro exposta na aula, pois creio que realmente seja importante você saber o que consta nele!

PCASP	
1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante	2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências e Delegações Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 3.7 - Tributárias 3.8 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências e Delegações Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar
7 – Controles Devedores 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.5 - Consórcios Públicos 7.6 - Controles Fiscais 7.8 - Custos 7.9 - Outros Controles	8 – Controles Credores 8.1 - Execução dos Atos Potenciais 8.2 - Execução da Administração Financeira 8.3 - Execução da Dívida Ativa 8.4 - Execução dos Riscos Fiscais 8.5 - Execução dos Consórcios Públicos 8.6 - Execução de Controles Fiscais 8.8 - Apuração de Custos 8.9 - Outros Controles



Veja que todas as contas “1.1” são ativos circulantes. Logo, apenas a conta 1.2.1.1.1.01.00 – Créditos Tributários a Receber não é do ativo circulante, pois é classificada no ativo não circulante.

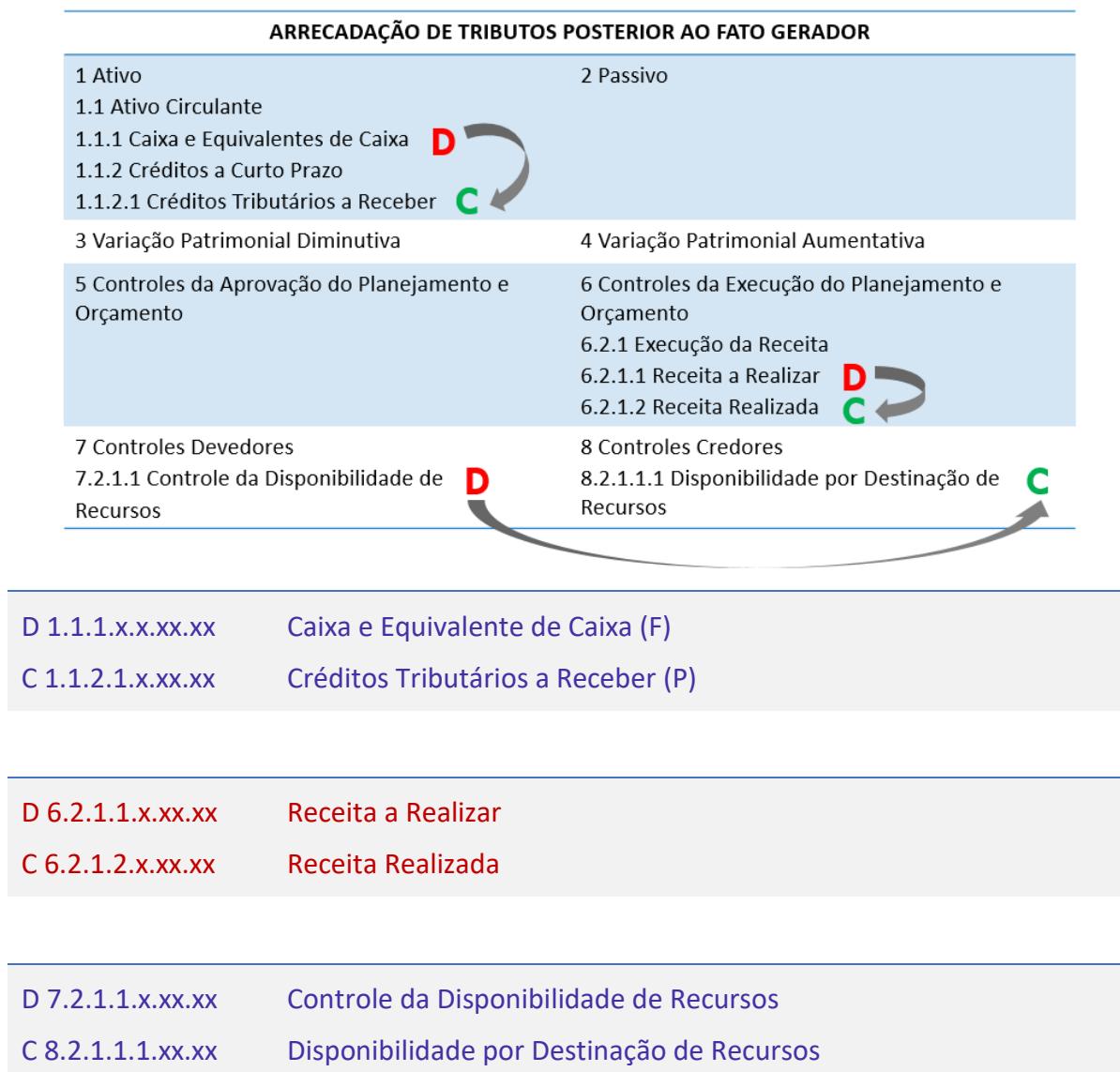
Gabarito: C

39. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Determinado ente da federação, na primeira quinzena do mês de junho de 2015, arrecadou receitas orçamentárias, no valor de R\$ 3.850.000,00. Sob o aspecto orçamentário, o registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento, debita e credita os seguintes títulos de contas:

- a) debita: receita a arrecadar e credita: receita arrecadada.
- b) debita: receita a realizar e credita: receita realizada.
- c) debita: caixa e equivalente de caixa e credita: receita arrecadada.
- d) debita: previsão inicial da receita e credita: receita realizada.
- e) debita: créditos a receber e credita: receita realizada.

Comentários

Vamos revisar os lançamentos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias.



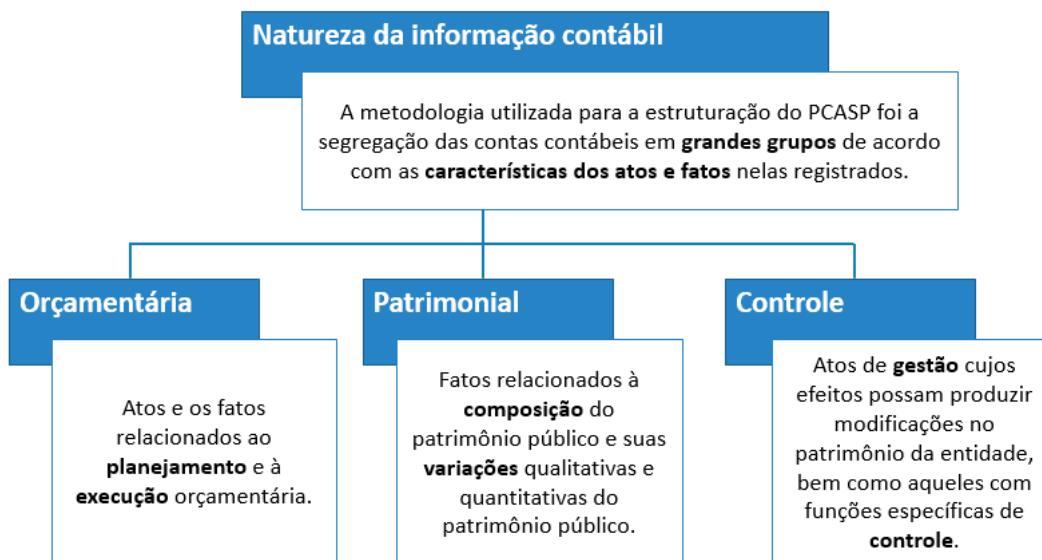
Gabarito: B

40. (FCC/Técnico/TRT3/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado de acordo com as seguintes naturezas de informações contábeis:

- a) balanço orçamentário, financeiro e patrimonial.
- b) orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
- c) contas do ativo, passivo e de resultado.
- d) orçamentária, extraorçamentária e independente da execução orçamentária.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

Comentários

Vamos inserir novamente nosso esquema. Uma imagem vale mais do que mil palavras rsrsrs



Gabarito: E

41. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar:

- a) O lançamento contábil da inscrição de restos a pagar debita uma conta de natureza de informação orçamentária e outra de natureza de informação patrimonial.
- b) As contas Uso de Material de Consumo e Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo são contas que possuem saldos predominantemente credor.
- c) A classificação das contas do ativo e do passivo para apuração do superávit financeiro é feita por meio da duplicação das contas, sendo uma circulante e outra não circulante.
- d) O registro da arrecadação da receita de aluguéis utiliza contas de natureza de informação orçamentária, patrimonial e de controle.
- e) O lançamento a débito de uma conta da classe 1 pode ter como contrapartida o lançamento a crédito de uma conta da classe 6.

Comentários



a. **Errado.** Os débitos e créditos devem ser efetuados dentro da mesma natureza de informação. Logo, não tem como haver um débito na natureza de informação orçamentária e um crédito na natureza de informação patrimonial, conforme informa o item.

b. **Errado.** A conta “Uso de Material de Consumo” possui natureza **devedora**. Compreende as variações patrimoniais diminutivas provenientes da distribuição de material de consumo. Um material é considerado de consumo quando for de duração inferior a dois anos, frágil, perecível, incorporável, transformável ou cuja finalidade seja para consumo imediato ou para reposição.

A conta “Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo” possui natureza **credora**.

c. **Errado.** A classificação das contas do ativo e do passivo para apuração do superávit financeiro é feita por meio dos atributos “F” e “P”.

d. **Certo.** Perfeito! Os lançamentos são os seguintes:

Natureza Patrimonial

D Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C Aluguéis a Receber (P)

Natureza Orçamentária

D Receita a Realizar

C Receita Realizada

Natureza de Controle

D Controle da Disponibilidade de Recursos

C Disponibilidade por Destinação de Recursos

Gabarito: D

42. (FCC/Analista/Controle Interno/CNMP/2015) O Nível do Plano de Contas da União utilizado para segregar os valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação das contas públicas dos três níveis de governo é o

- a) 4º nível. b) 5º nível. c) 3º nível. d) 6º nível. e) 2º nível.

Comentários

Nos termos do MCASP,

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

Gabarito: B

43. (FCC/Analista/CNMP/2015) O Plano de Contas da União segue a estrutura de padronização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que é subdividido em

- a) 8 Classes. b) 4 Classes. c) 8 Grupos. d) 4 Grupos. e) 6 Classes.



Comentários

O PCASP possui **8 classes**, conforme descrito abaixo:

- 1 – Ativo
- 2 – Passivo e Patrimônio Líquido
- 3 – Variação Patrimonial Diminutiva
- 4 – Variação Patrimonial Aumentativa
- 5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento
- 6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
- 7 – Controles Devedores
- 8 – Controles Credores

Gabarito: A

44. (FCC/Analista/CNMP/2015) Determinado órgão público federal contratou uma empresa para fornecimento de vale refeição, para um período de 90 dias, no valor total de 95.000,00. Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no registro contábil do empenho da despesa no subsistema de informações orçamentário, utilizam-se os seguintes títulos de contas:

- a) debita: serviços de terceiros – PJ e credita: fornecedores.
- b) debita: crédito empenhado a liquidar e credita: crédito empenhado liquidado a pagar.
- c) debita: crédito disponível e credita: crédito empenhado a liquidar.
- d) debita: despesa de custeio e credita: fornecedores.
- e) debita: despesa empenhada e credita: empenho a pagar.

Comentários

No empenho da despesa temos o seguinte registro:

D – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Gabarito: C

45. (FCC/Analista/CNMP/2015) Determinado ente público arrecadou, no mês de fevereiro de 2015, receita de impostos no valor de R\$ 180.000,00, concomitante ao fato gerador. Considere o lançamento contábil da receita arrecadada no sistema contábil, utilizando-se o título da conta debitada e creditada, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

- a) no subsistema patrimonial:

Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Credita: Receita realizada.

- b) no subsistema orçamentário:

Debita: Receita a realizar e Credita: Receita realizada.

- c) no subsistema de compensação:



Debita: Crédito Disponível e Credita: Controle da disponibilidade de recursos.

d) no subsistema orçamentário:

Debita: Receita Realizada e Credita: Previsão da Receita.

e) no subsistema patrimonial:

Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Credita: Receita arrecadada.

Comentários

Na arrecadação da receita de impostos temos os seguintes registros:

Natureza Patrimonial

D Caixa e Equivalente de Caixa (F)

C Créditos Tributários a Receber (P)

Natureza Orçamentária

D Receita a Realizar

C Receita Realizada

Natureza de Controle

D Controle da Disponibilidade de Recursos

C Disponibilidade por Destinação de Recursos

Gabarito: B

46. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) Instruções: Considere o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para indicar as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados na questão.

Empenho da Despesa Orçamentária:

- a) 6.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
- b) 5.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
- c) 5.2.1.2.0.00.00 e 6.2.2.1.1.00.00.
- d) 2.1.1.0.0.00.00 e 3.0.0.0.0.00.00.
- e) 5.3.1.1.0.00.00 e 6.3.1.0.0.00.00.

Comentários

Pessoal, nessa prova o examinador pegou pesado ao colocar nas opções apenas os códigos. De qualquer forma, uma dica que pode ajudar nesse tipo de questão é que tanto na execução da despesa como na execução da receita, os débitos e créditos ocorrem dentro da mesma classe. Veja que a única opção nesse sentido é a “A”. Com esse conhecimento daria para “matar” a questão.

No empenho da despesa temos o seguinte registro (natureza orçamentária):

D – **6.2.2.1.1.xx.xx** Crédito Disponível

C – **6.2.2.1.3.01.xx** Crédito Empenhado a Liquidar



Gabarito: A

47. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) Instruções: Considere o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para indicar as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados na questão.

Arrecadação da Receita Orçamentária:

- a) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.2.0.00.00.
- b) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.
- c) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.
- d) 1.1.1.0.0.00.00 e 4.0.0.0.0.00.00.
- e) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.

Comentários

Nessa questão, exigida na mesma prova da questão anterior, utilizando a dica passada ficaríamos com duas opções: “B” e “C”. Aqui o examinador sacaneou mesmo rsrsrs.

Na arrecadação da receita temos o seguinte registro (natureza orçamentária):

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Gabarito: B

48. (VUNESP/Diretor/CM Jales/2018) A determinação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, possibilitou, dentre outros efeitos,

- a) atualização dos procedimentos contábeis de controle interno.
- b) a compatibilização entre os diversos demonstrativos contábeis existentes.
- c) a determinação dos condicionantes sociais da contabilidade pública.
- d) a realização dos registros contábeis independentes da execução orçamentária.
- e) a apresentação dos balanços e demonstrativos mais realistas.

Comentários

Observe o que dispõe o MCASP:

A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) foi estruturada, no Brasil, com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. No entanto, a evolução da ciência contábil, marcada pela edição das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), impulsionaram relevantes mudanças na CASP.

Nesse processo, identificou-se a necessidade de instituição de um novo modelo de gestão pública, com a adoção de conceitos e procedimentos reconhecidos e utilizados internacionalmente, com foco na contabilidade patrimonial.



Nesse sentido, observa-se que a determinação do PCASP, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, possibilitou, dentre outros efeitos, a realização dos registros contábeis independentes da execução orçamentária, resgatando a importância da contabilidade patrimonial, afinal o objeto da CASP é o patrimônio público.

Gabarito: D

49. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) Indique, dentre as alternativas a seguir, qual é incompatível com os objetivos de um Plano de Contas Públicas.

- a) Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- b) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- c) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
- d) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- e) Igualar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

Comentários

O MCASP cita os seguintes objetivos do PCASP:

- a. Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público;
- b. Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle;
- c. Atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);
- d. Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela STN, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente;
- e. Permitir a consolidação nacional das contas públicas;
- f. Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- g. Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão;
- h. Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público; e
- i. Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

Logo, percebe-se que apenas a opção “E” é incompatível com os objetivos de um Plano de Contas Públicas.

Gabarito: E

50. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) editado pelo STN/MF (Secretaria do Tesouro Nacional) é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade pública. O PCASP está dividido em 8 classes, sendo as de natureza patrimonial:

- a) ativo, passivo, controles da aprovação do planejamento e orçamento.



- b) ativo, passivo, controles da execução do planejamento e orçamento.
- c) ativo, passivo, variações diminutivas e variações aumentativas.
- d) ativo, passivo, controles devedores e controles credores.
- e) ativo, variações diminutivas e controles devedores.

Comentários

Saber o esquema abaixo é fundamental para a sua prova!

Natureza da Informação		Classes
PATRIMONIAL	1 - Ativo	2 - Passivo e PL
	3 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	4 - Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
ORÇAMENTÁRIA	5 - Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 - Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
CONTROLE	7 - Controles Devedores	8 - Controles Credores

Gabarito: C

51. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) O Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Com base na estrutura demonstrada a seguir e nas informações fornecidas, responda à questão.

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

Os grupos de Execução dos Atos Potenciais, da Administração Financeira, Dívida Ativa, e dos Riscos Fiscais, bem como da Apuração de Custos e de Outros Controles, serão classificados na seguinte classe de contas do Plano de Contas Aplicável ao Setor Público:

- a) Controles Devedores.
- b) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- c) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- d) Variações Patrimoniais.



e) Controles Credores.

Comentários

Para responder essa questão devemos saber o segundo nível de detalhamento do PCASP:

PCASP	
1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante	2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências e Delegações Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 3.7 - Tributárias 3.8 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências e Delegações Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar
7 – Controles Devedores 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.5 - Consórcios Públicos 7.6 - Controles Fiscais 7.8 - Custos 7.9 - Outros Controles	8 – Controles Credores <u>8.1 - Execução dos Atos Potenciais</u> <u>8.2 - Execução da Administração Financeira</u> <u>8.3 - Execução da Dívida Ativa</u> <u>8.4 - Execução dos Riscos Fiscais</u> <u>8.5 - Execução dos Consórcios Públicos</u> <u>8.6 - Execução de Controles Fiscais</u> <u>8.8 - Apuração de Custos</u> <u>8.9 - Outros Controles</u>

Veja que a questão descreve todos os grupos presentes na classe “8 – Controles Credores”.

Gabarito: E

52. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Assinale a alternativa que indica qual será a contabilização, considerando o momento do empenho, de uma aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, (considere a natureza da informação orçamentária).

a)

Débito 1.1.5.6.x.xx.xx Estoque - Almoxarifado

Crédito 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo



b)

Débito 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

c)

Débito 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

d)

Débito 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

e)

D 2.1.3.x.x.xx.xx Estoque - Almoxarifado

C 1.1.1.1.1.xx.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Comentários

Uma dica para resolver questões sobre lançamentos contábeis é você identificar primeiramente qual a natureza de informação solicitada na questão e identificar as classes dessa natureza, tendo em vista que os lançamentos devem ocorrer dentro da classe. Assim, nesta questão o examinador quer saber o lançamento na natureza orçamentária. Logo, somente podem ter débitos e créditos nas classes 5 e 6. Veja que somente com esse raciocínio excluímos duas opções: “A” e “E”, pois os créditos e débitos não estão dentro das classes 5 e 6.

No momento do empenho devemos dar baixa no crédito disponível (debitar), ou seja, a partir do empenho o crédito não mais está disponível... além disso, devemos reconhecer o empenho a liquidar.

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Gabarito: B

53. (VUNESP/Auditor/São Paulo/2015) Segundo o MCASP, “o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação”. Isso posto, observa-se que a fixação da despesa apenas poderá ser registrada por meio do seguinte lançamento contábil:

a) Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.02.xx Débito Empenhado em Liquidação

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

b) Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

c) Natureza da informação: orçamentária

D 5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial

C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

d) Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Débito Dotação Empenhada a
Liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

e) Natureza da informação: orçamentária

D 4.2.2.1.1.xx.xx Despesa Fixada em Dotação

C 5.2.2.1.1.xx.xx Crédito a Disponibilizar

Comentários

Nessa questão a banca exige a fixação da despesa:

FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1 Ativo	2 Passivo
3 Variação Patrimonial Diminutiva	4 Variação Patrimonial Aumentativa
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
5.2 Orçamento Aprovado	6.2 Execução do Orçamento
5.2.2 Fixação da Despesa	6.2.2 Execução da Despesa
5.2.2.1 Dotação Orçamentária	6.2.2.1 Disponibilidades de Crédito
5.2.2.1.1 Dotação Inicial D	6.2.2.1.1 Crédito Disponível C
7 Controles Devedores	8 Controles Credores

D 5.2.2.1.1.xx.xx **Dotação Inicial**

C 6.2.2.1.1.xx.xx **Crédito Disponível**

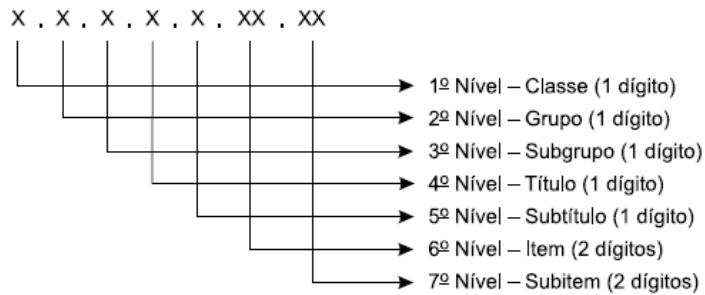
Tem uma dica boa também nesse tipo de questão. Os lançamentos de previsão da receita e fixação da despesa são “horizontais”, ou seja, envolvem as classes 5 e 6. Já toda a execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento) e a execução da receita (lançamento, arrecadação e recolhimento) envolve lançamento “vertical”, ou seja, entre a classe 6.

Veja que nessa questão apenas a opção “C” envolve um lançamento horizontal, entre as classes 5 e 6. Somente com esse raciocínio, você acertava a questão!

Gabarito: C

54. (VUNESP/Auditor/São Paulo/2015) Observe a estrutura a seguir e responda à questão.





A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no PCASP, um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação, que, nesse caso, utilizará o 5º nível – Consolidação.

Nesse nível, o dígito que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município, será o

- a) Dígito 3. b) Dígito 5. c) Dígito 2. d) Dígito 4. e) Dígito 1.

Comentários

Segundo o MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos, da seguinte forma:

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

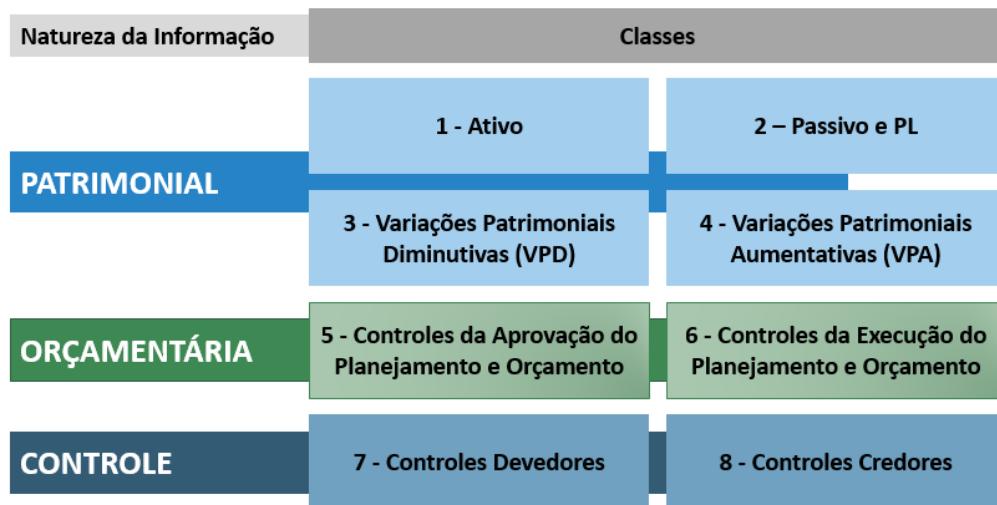
Gabarito: B

55. (VUNESP/Analista/São Paulo/2015) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em seu primeiro nível de estrutura estão as classes contábeis. Quantas dessas classes contábeis têm natureza de informação Patrimonial?

- a) Quatro. b) Cinco. c) Duas. d) Seis. e) Três.

Comentários

Mais uma questão em que vale destacarmos novamente o esquema:



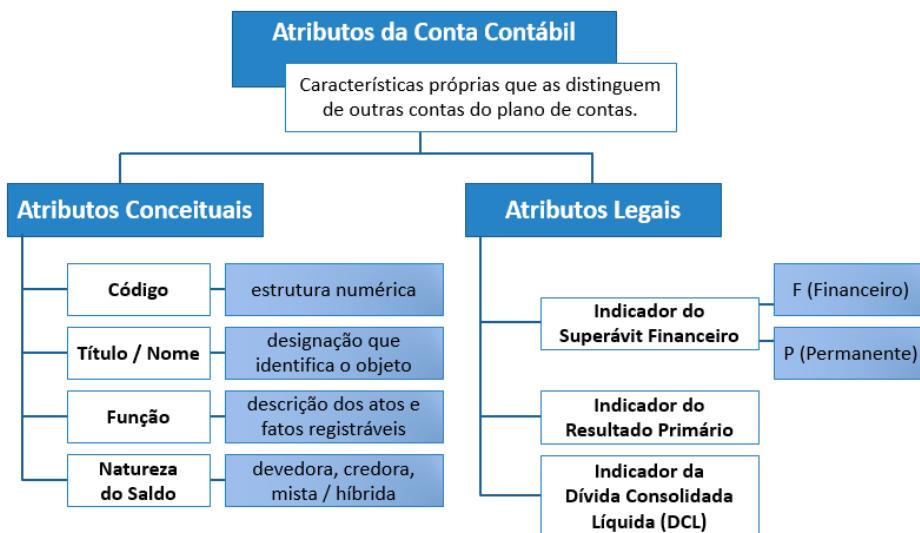
Gabarito: A

56. (VUNESP/Analista/São Paulo/2015) No Plano de Contas Aplicado ao setor Público, o controle das contas financeiras e permanentes, do qual se extrai a informação de superávit financeiro que pode ser utilizado para abertura de créditos adicionais, de acordo com a Lei nº 4.320/64, é

- a) pelo indicador de superávit primário.
- b) pela classificação econômica da receita e da despesa.
- c) por atributo legal da conta contábil.
- d) pela classe contábil.
- e) pela natureza da conta contábil.

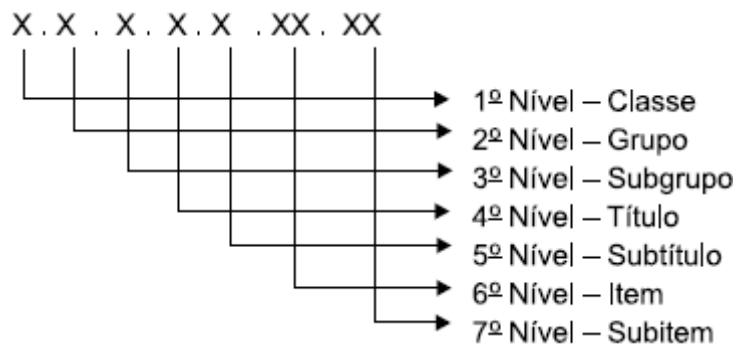
Comentários

Conforme estudamos, nós temos os atributos conceituais e os atributos legais. Esquematicamente, temos:



Gabarito: C

57. (VUNESP/Agente/CM Jabo/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor público está estruturado em níveis de desdobramento, sendo esses classificados e codificados do primeiro ao sétimo nível, como mostra a figura a seguir:

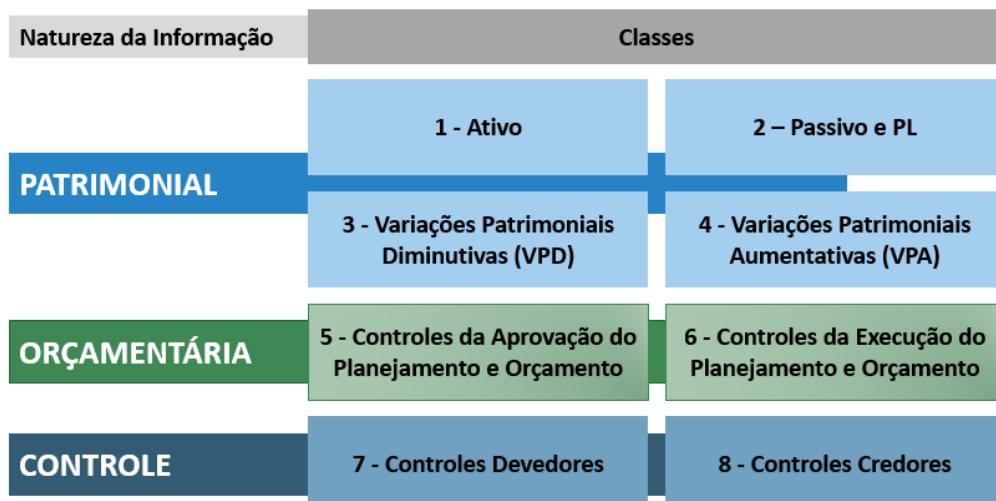


Note-se que os entes da Federação, eventualmente, podem ter mais níveis de desdobramento além desses. Não obstante, observa-se que o 1º nível, referente às classes, incluiu oito grupos de contas que foram ordenados em uma lógica contábil, conforme determina a matéria. Baseado nisso, assinale qual o grupo de contas pertence à classificação da 3ª classe:

- a) Variações Patrimoniais Aumentativas.
- b) Variações Patrimoniais Diminutivas.
- c) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- d) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- e) Controles Devedores.

Comentários

Para variar, nosso esquema bastava para resolver a questão!



Gabarito: B



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Ao implantar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o gestor contábil de uma entidade pública tinha algumas dúvidas sobre eventuais mudanças no tratamento dos atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade. Como regra geral e no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, o PCASP dispõe que tais atos:

- a) devem ser evidenciados, quando relevantes, em notas explicativas;
- b) devem ser registrados em contas de controles devedores e de controles credores;
- c) por serem atos administrativos, não são objeto de registro contábil;
- d) são mantidos nas contas de compensação, quando legalmente previstas;
- e) são registrados em contas de natureza patrimonial, dado o potencial impacto no patrimônio.

2. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Uma entidade pública precisa fazer o registro contábil de uma despesa cujo fato gerador ocorreu antes do empenho. Sob a perspectiva da informação de natureza patrimonial, haverá um lançamento a débito em uma conta de variação patrimonial diminutiva e um lançamento a crédito em conta de:

- a) crédito a empenhar ou de fornecedores;
- b) crédito a liquidar ou de disponibilidades;
- c) crédito disponível ou de disponibilidades;
- d) disponibilidades ou de fornecedores;
- e) fornecedores ou de crédito em liquidação.

3. (FGV/Auditor/CGU/2022) Uma entidade do setor público adota o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No balancete apurado em 31/12/X0 constavam as seguintes informações:

1.1.1.0.00.00	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional	R\$ 30.000
1.2.1.1.1.02.00	Clientes	R\$ 80.000
2.1.8.1.00.00	Adiantamento de clientes	R\$ 23.000
2.1.1.0.00.00	Obrigações trabalhistas	R\$ 25.000
2.1.1.1.1.04.00	Precatórios de pessoal - regime especial	R\$ 21.000
1.1.3.1.1.01.00	Adiantamentos concedidos a pessoal	R\$ 12.000
1.2.3.8.1.01.00	Depreciação acumulada - bens móveis	R\$ 30.000
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	R\$ 100.000
2.1.3.0.00.00	Fornecedores e Contas a pagar a curto prazo	R\$ 34.000
2.1.2.5.00.00	Juros e encargos a pagar de empréstimos e financiamentos de curto prazo	R\$ 30.000
2.1.8.9.1.03.00	Suprimentos de fundos a pagar	R\$ 19.000
1.1.2.9.1.99.00	Perdas estimadas em cliente	R\$ 8.000
1.2.3.9.00.00	Redução ao valor recuperável de imobilizado	R\$ 8.000



Em seu Plano de Contas, os ativos correspondem a:

- a) R\$ 164.000; b) R\$ 176.000; c) R\$ 180.000; d) R\$ 199.000; e) R\$ 220.000.

4. (FGV/Analista/MPSC/2022) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contempla um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas no processo de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Esse mecanismo:

- a) foi desenvolvido com ênfase na consolidação de informações de natureza orçamentária;
- b) é exclusivo para a consolidação no âmbito dos órgãos e entidades incluídas no orçamento geral da União;
- c) é aplicável a transações intraorçamentárias, mas não a transações que envolvem entes públicos distintos;
- d) deve ser adotado em procedimentos de consolidação que abrangem todas as classes de contas do PCASP;
- e) define a utilização do 5º nível (subtítulo) das contas do PCASP para identificar saldos recíprocos.

5. (FGV/Analista/MPSC/2022) De acordo com as disposições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os valores a receber são registrados em uma conta de ativo com atributo Permanente (P), a exemplo de Dívida Ativa de créditos tributários. Adicionalmente, qualquer recebimento de recursos financeiros relativo a esses créditos só deve ser reconhecido com o concomitante registro orçamentário. Para contribuir com essas disposições, uma das regras de integridade do PCASP a serem observadas é que as contas com o atributo Permanente (P) NÃO podem ser movimentadas em contrapartida a:

- a) conta com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, quando houver a execução orçamentária da despesa;
- b) conta de Ativo relativa a disponibilidades financeiras, a exemplo de Caixa e equivalentes de caixa;
- c) conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- d) conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD);
- e) outra conta com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo.

6. (FGV/Analista/MPSC/2022) Os estágios da despesa pública decorrem de procedimentos administrativos e ensejam registros de natureza contábil, que geram informações para fins de controle e acompanhamento da execução orçamentária. No caso concreto do registro do estágio do empenho de uma despesa com aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso posterior, mediante solicitação, a contrapartida do lançamento a débito será em conta de natureza:

- a) patrimonial: Estoque – Almoxarifado;
- b) patrimonial: Fornecedores e Contas a Pagar;
- c) patrimonial: Variação Patrimonial Diminutiva;
- d) orçamentária: Crédito Disponível;
- e) orçamentária: Crédito Empenhado a Liquidar.

7. (FGV/Técnico/DPE-RJ/2019) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. O mecanismo identifica o 5º nível de detalhamento das contas quando os respectivos saldos devem ser excluídos ou não da consolidação.



Dessa forma, os saldos de operações decorrentes de transações entre entidades que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente público devem ser identificados no 5º nível com o dígito:

- a) 1; b) 2; c) 3; d) 4; e) 5;

8. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Para garantir a integridade dos procedimentos contábeis, o PCASP dispõe sobre algumas regras de integridade.

Com relação a lançamentos contábeis, é correto afirmar que:

- a) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4;
- b) os de natureza de controle apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6;
- c) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1 e 2;
- d) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8;
- e) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.

9. (FGV/Analista/IBGE/2017) Um dos objetivos da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é padronizar os registros contábeis das entidades do setor público a fim de permitir a consolidação nacional das contas públicas.

No PCASP as contas são agrupadas em classes, de acordo com a natureza da informação.

Uma das classes relacionadas com a natureza de informação orçamentária é:

- a) atos potenciais;
- b) apuração de custos;
- c) controles devedores;
- d) variações patrimoniais diminutivas;
- e) controles da execução do planejamento e orçamento.

10. (FGV/Especialista/Ciências Contábeis/2017) A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. De acordo com as disposições com a segregação das contas:

- a) a consolidação de contas ocorre com as informações do quarto nível de segregação;
- b) as classes de contas podem ser integradas entre as diferentes naturezas de informação;
- c) as classes que envolvem contas de receitas e despesas reconhecidas por competência são de natureza patrimonial;
- d) os entes da federação não devem detalhar as contas além dos níveis do PCASP em decorrência da consolidação;
- e) os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos cinco níveis.

11. (FGV/Analista/TJ-BA/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (MCASP/PCASP) classifica as contas contábeis segundo a natureza das informações que evidenciam. Um grupo de contas de informação de natureza patrimonial é:

- a) apuração de custos;



- b) execução da Dívida Ativa;
- c) execução de Restos a Pagar;
- d) execução dos Riscos Fiscais;
- e) exploração e venda de bens, serviços e direitos.

12. (FGV/Contador/Niterói/2015) Uma das mudanças introduzidas nos procedimentos contábeis das entidades públicas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) refere-se ao reconhecimento por competência de fatos que alteram a situação patrimonial da entidade. Para isso, o plano de contas dispõe as contas em classes cujas regras de lançamento devem garantir a integridade dos fatos registrados.

Dessa forma, o reconhecimento patrimonial de uma VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária enseja o seguinte lançamento:

a) D – Classe 1

C – Classe 4

b) D – Classe 2

C – Classe 3

c) D – Classe 3

C – Classe 1

d) D – Classe 3

C – Classe 2

e) D – Classe 4

C – Classe 2

13. (FGV/Agente/TCM-SP/2015) O reconhecimento contábil de um passivo exigível em uma entidade do setor público representa algumas peculiaridades quanto às etapas da execução orçamentária da despesa pública.

O registro da etapa da despesa entre o empenho e a liquidação chamada “em liquidação” significa que:

- a) a despesa gerou obrigações independentes de autorização orçamentária;
- b) houve apenas comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho;
- c) houve conclusão das etapas da despesa orçamentária, exceto pagamento;
- d) houve ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva e a não ocorrência da liquidação da despesa;
- e) o fato gerador do passivo exigível ocorreu e está pendente do empenho da despesa orçamentária.

14. (FGV/Técnico/DPE-RO/2015) Na atualidade, a Contabilidade Pública está migrando de um modelo com viés orçamentário para um outro, de maior modernidade e abrangência, com ênfase na informação patrimonial. Assim, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considere que: 1) Ativo; 2) Passivo e Patrimônio Líquido; 3) Variação Patrimonial Diminutiva; 4) Variação Patrimonial Aumentativa; 5) Controles da aprovação do Planejamento e Orçamento; 6) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.



Assim, levando em conta a ênfase na contabilidade patrimonial, a lógica do registro contábil pelo regime de competência está relacionada aos grupos:

- a) 1, 2, 3, 4, 5 e 6; b) 1, 2, 3, 5 e 6; c) 1, 2 e 3; d) 5 e 6; e) 1, 2, 3 e 4.

15. (FGV/Analista/DPE-RO/2015) Em decorrência da necessidade de cumprir o disposto na Lei complementar nº 101/2000, art. 51, que prevê que o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público contém algumas regras que devem ser observadas. Sobre as regras de consolidação do PCASP, analise as afirmativas a seguir.

- I – Todas as classes de contas devem utilizar o 5º nível para identificação de saldos recíprocos.
- II – As contas do PCASP identificadas com o dígito 2 no 5º nível (INTRA-OFSS) deverão ser excluídas no processo de consolidação de cada ente.
- III – As contas identificadas no 5º nível com o dígito 1 (Consolidação) compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I; b) II; c) III; d) I e II; e) II e III.

16. (FGV/Analista/DPE-RO/2015) A implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) gerou a necessidade de observar algumas regras para assegurar a integridade dos procedimentos, bem como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas. Sobre as regras de integridade do PCASP, é correto afirmar que:

- a) a natureza de informação patrimonial contempla todos os registros anteriormente classificados como financeiro e patrimonial;
- b) as contas com o atributo Permanente podem ser movimentadas em contrapartida a conta com o atributo Financeiro;
- c) as contas de conta de variação patrimonial aumentativa e diminutiva só podem ser movimentadas entre si;
- d) os lançamentos contábeis podem ser realizados utilizando contas de natureza de informação distintas;
- e) os saldos credores e devedores de uma mesma natureza de informação podem apresentar diferenças, em decorrência da apuração do resultado.

17. (CESPE/Analista/TJ-PA/2020) Relativamente às classes de contas, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em

- a) duas classes, sendo as contas contábeis classificadas dentro uma mesma natureza de informação contábil.
- b) três classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, patrimonial e fiscal.
- c) quatro classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: contas patrimoniais, contas de resultado, contas de controle orçamentário e contas de controle de atos potenciais.
- d) seis classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.



e) oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: patrimonial, orçamentaria e de controle.

18. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo com a adequada elaboração das DCASP, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações a serem incluídas ou excluídas na consolidação: a utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial.

Conforme esse mecanismo, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito

- a) 1 (consolidação).
- b) 2 (intra OFSS).
- c) 3 (inter OFSS – União).
- d) 4 (inter OFSS – estado).
- e) 5 (inter OFSS – município).

19. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Na metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis estão segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados, o que permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Nessa metodologia, o PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis

- a) orçamentária, financeira e de compensação.
- b) operacional, de financiamentos e de investimentos.
- c) fiscal, de seguridade social e de investimentos.
- d) patrimonial, de investimentos e de financiamentos.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

20. (CESPE/Auditor/TCE-RO/2019) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa um importante instrumento de fomento à transparência pública. A respeito do PCASP, julgue os itens seguintes.

- I O PCASP segregá informaçõeas de forma que os registros orçamentários não alterem os registros contábeis.
- II No PCASP, as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas são contabilizadas pelo regime de competência.
- III O registro dos procedimentos contábeis do PCASP relativos à depreciação, amortização, exaustão e reavaliação de ativos estão em conformidade com as normas internacionais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

21. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) Assinale a opção que identifica um subgrupo da classe passivo.

- a) receita diferida líquida
- b) créditos realizáveis a longo prazo



- c) execução de restos a pagar
- d) receita corrente
- e) juros e encargos da dívida pagos

22. (CESPE/Analista/TRT7/2017) Acerca do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), assinale a opção correta.

- a) A classe de contas 6 (controles da execução do planejamento e orçamento) compreende informações a respeito da execução do planejamento, do orçamento, dos restos a pagar e da dívida ativa.
- b) A classe de contas 8 (controles credores) possui contas relativas ao planejamento dos atos potenciais, da administração financeira, dos riscos fiscais e dos consórcios públicos.
- c) As classes de contas 1 (ativo), 2 (passivo), 3 (variação patrimonial diminutiva.) e 4 (variação patrimonial aumentativa.) são classes de contas com informações de natureza patrimonial.
- d) A classe de contas 3 (variação patrimonial diminutiva.) é de natureza credora, e a 4 (variação patrimonial aumentativa.) é de natureza devedora.

23. (CESPE/Analista/TRE-BA/2017) A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial), para identificar os saldos recíprocos considerando-se os seguintes dígitos: 1 (consolidação), 2 (intra OFSS) e 3, 4 e 5 (inter OFSS). OFSS significa orçamento fiscal e da seguridade social.

Utilizando-se esse mecanismo, o processo de consolidação do ente deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta

- a) o dígito 1 (consolidação) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 2 (intra OFSS) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS).
- b) o dígito 1 (consolidação) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 2 (intra OFSS).
- c) o dígito 2 (intra OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS).
- d) o dígito 2 (intra OFSS) e os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação).
- e) os dígitos 3, 4 e 5 (inter OFSS) e excluir as contas cujo 5º nível apresenta o dígito 1 (consolidação) e o dígito 2 (intra OFSS).

24. (CESPE/Analista/TJ-CE/2014) No que se refere à estrutura e às regras de integridade do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), composto por oito classes de contas, assinale a opção correta.

- a) São utilizados os atributos F (financeiro) e P (permanente) para indicar se um ativo ou um passivo deve ser registrado em contas de curto prazo ou de longo prazo.
- b) É possível que lançamentos efetuados em contas de natureza de informação patrimonial tenham como contrapartida contas de natureza de informação orçamentária.
- c) A estrutura do PCASP foi elaborada de forma a identificar as contas, segregando os valores gerados a partir de transações que serão incluídas ou não na consolidação contábil.



d) Caso seja necessário, os entes da federação podem detalhar a relação de contas do PCASP em qualquer nível.

e) Na estrutura definida para o PCASP, uma transação governamental não pode guardar relação com mais de uma natureza de informação.

25. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) Em 31/12/2021, uma entidade pública constatou a necessidade de efetuar o registro contábil de ajuste de perdas para adequar o valor de estoques adquiridos em fevereiro de 2021 ao seu valor realizável líquido. O referido registro contábil, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi efetuado por meio do seguinte lançamento contábil:

a) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados

Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

b) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques

Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

c) Débito: 4.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques

Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

d) Débito: 6.x.x.x.x.xx.xx Despesa Realizada com Estoques

Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx Estoques

e) Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados

26. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis “Inscrição de Restos a Pagar”, “Execução de Restos a Pagar” e “Execução da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa” pertencem, respectivamente, às classes

a) 2, 2 e 1. b) 5, 6 e 2. c) 2, 2 e 3. d) 5, 6 e 8. e) 6, 6 e 1.

27. (FCC/Analista/TRT4/2022) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a conta contábil

a) “Ajustes de Exercícios Anteriores” pertence à natureza da informação de resultado.

b) “Atos Potenciais Passivos” pertence ao grupo denominado Passivo Circulante.

c) “Receita Realizada” pertence à natureza da informação patrimonial.

d) “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” pertence à classe denominada Ativo.

e) “Crédito Disponível” pertence ao grupo denominado Ativo.

28. (FCC/Analista/TRT4/2022) Uma entidade pública classificou como Ativo Contingente a provável entrada de recursos em decorrência do valor pago indevidamente a ex-servidores cujos procedimentos administrativos para a reposição ao erário estavam suspensos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido Ativo Contingente deve ser registrado por meio de contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes à(s) classe(s)

a) 7 e 8, apenas. b) 7, apenas. c) 1, 4, 7 e 8. d) 1 e 4, apenas. e) 1, apenas.

29. (FCC/Analista/TRT22/2022) Uma entidade pública recebeu, em 05/07/2022, doações em dinheiro. Considerando que é provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços das doações fluam para a referida entidade e que o valor justo das doações recebidas é mensurado de maneira confiável,



o registro contábil, em 05/07/2022, foi realizado com a utilização de contas contábeis pertencentes às naturezas da informação patrimonial e orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público APENAS das classes

- a) 1. b) 1 e 3. c) 1 e 4. d) 1, 4 e 6. e) 6.

30. (FCC/Analista/TRT23/2022) O registro contábil inicial de um Passivo Contingente por uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deve ser efetuado por meio dos seguintes lançamentos:

a) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Passivos Contingentes Constituídos

b) Débito: 4.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes

Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Passivos Contingentes Constituídos

c) Débito: 5.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais

Crédito: 6.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

d) Débito: 7.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Passivos

e) Débito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais

Crédito: 7.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Passivos

31. (FCC/Analista/TRT22/2022) De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o grupo denominado

a) Apuração de Custos pertence à classe Controles Devedores.

b) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras pertence à classe Resultado Patrimonial.

c) Inscrição de Restos a Pagar pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

d) Planejamento Aprovado pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

e) Execução da Administração Financeira pertence à classe Controles Credores.

32. (FCC/Analista/TRT23/2022) As contas contábeis “Crédito Empenhado a Liquidar”, “Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada” e “Adiantamentos de Clientes” pertencem, respectivamente, às seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- a) 5, 7 e 2. b) 5, 8 e 1. c) 6, 7 e 2. d) 6, 8 e 1. e) 6, 8 e 2.

33. (FCC/Analista/TRT11/2017) No PCASP, são contas do Ativo:

a) Participações Permanentes; Descontos Financeiros Obtidos.

b) Variações Monetárias e Cambiais; Bens Imóveis.

c) Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente; Softwares.

d) Provisões de Curto Prazo; Depreciação Acumulada – Bens Imóveis.

e) Propriedades para Investimentos; Resultados de Exercícios Anteriores.



34. (FCC/Analista/Contador/PGE-MT/2016) As contas que registram a execução das cotas, repasses e sub-repasses para atender a despesas orçamentárias, restos a pagar autorizados e demais dispêndios extra orçamentários são contas de natureza de informação

- a) patrimonial. b) orçamentária. c) extra orçamentária. d) de custos. e) de controle.

35. (FCC/Analista/CREMESP/2016) As contas das classes 3 e 4, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são utilizadas para a apuração

- a) do Resultado Orçamentário.
b) do Resultado Financeiro.
c) do Resultado Patrimonial.
d) da Liquidez Corrente.
e) do Superávit financeiro.

36. (FCC/Analista/CREMESP/2016) Uma obrigação contratual que pode vir a afetar o patrimônio de um Conselho Regional de Medicina deve ser registrada em contas de informação de natureza

- a) orçamentária, pois corresponde ao estágio de empenho da despesa.
b) patrimonial, pois é um ato potencial ativo.
c) de controle, pois é um ato potencial ativo.
d) de controle, pois é um ato potencial passivo.
e) orçamentária, pois é um ato potencial passivo.

37. (FCC/Analista/CREMESP/2016) Execução da Administração Financeira e Execução da Dívida Ativa são

- a) subgrupos do grupo de contas Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
b) classes do grupo de contas Variação Patrimonial Aumentativa.
c) grupos da classe de contas Controles Credores.
d) classes do grupo de contas Controles Devedores.
e) grupos da classe de contas Passivo e Patrimônio Líquido.

38. (FCC/Analista/TRF3/2016) No Balanço Patrimonial do exercício de 2015, da Autarquia Hospitalar Federal do Sudeste, o valor total do ativo é de R\$ 880.760.000. Desse montante, 25% referem-se ao Ativo Circulante. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, NÃO se classifica no Ativo Circulante, a conta identificada pelo código:

- a) 1.1.2.6.0.00.00 – Dívida Ativa não Tributária.
b) 1.1.3.1.1.01.00 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal.
c) 1.2.1.1.1.01.00 – Créditos Tributários a Receber.
d) 1.1.1.1.0.00.00 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
e) 1.1.2.4.0.00.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

39. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Determinado ente da federação, na primeira quinzena do mês de junho de 2015, arrecadou receitas orçamentárias, no valor de R\$ 3.850.000,00. Sob o aspecto orçamentário, o registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento, debita e credita os seguintes títulos de contas:



- a) debita: receita a arrecadar e credita: receita arrecadada.
- b) debita: receita a realizar e credita: receita realizada.
- c) debita: caixa e equivalente de caixa e credita: receita arrecadada.
- d) debita: previsão inicial da receita e credita: receita realizada.
- e) debita: créditos a receber e credita: receita realizada.

40. (FCC/Técnico/TRT3/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado de acordo com as seguintes naturezas de informações contábeis:

- a) balanço orçamentário, financeiro e patrimonial.
- b) orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
- c) contas do ativo, passivo e de resultado.
- d) orçamentária, extraorçamentária e independente da execução orçamentária.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

41. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar:

- a) O lançamento contábil da inscrição de restos a pagar debita uma conta de natureza de informação orçamentária e outra de natureza de informação patrimonial.
- b) As contas Uso de Material de Consumo e Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo são contas que possuem saldos predominantemente credor.
- c) A classificação das contas do ativo e do passivo para apuração do superávit financeiro é feita por meio da duplicação das contas, sendo uma circulante e outra não circulante.
- d) O registro da arrecadação da receita de aluguéis utiliza contas de natureza de informação orçamentária, patrimonial e de controle.
- e) O lançamento a débito de uma conta da classe 1 pode ter como contrapartida o lançamento a crédito de uma conta da classe 6.

42. (FCC/Analista/CNMP/2015) O Nível do Plano de Contas da União utilizado para segregar os valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação das contas públicas dos três níveis de governo é o

- a) 4º nível.
- b) 5º nível.
- c) 3º nível.
- d) 6º nível.
- e) 2º nível.

43. (FCC/Analista/CNMP/2015) O Plano de Contas da União segue a estrutura de padronização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que é subdividido em

- a) 8 Classes.
- b) 4 Classes.
- c) 8 Grupos.
- d) 4 Grupos.
- e) 6 Classes.

44. (FCC/Analista/CNMP/2015) Determinado órgão público federal contratou uma empresa para fornecimento de vale refeição, para um período de 90 dias, no valor total de 95.000,00. Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no registro contábil do empenho da despesa no subsistema de informações orçamentário, utilizam-se os seguintes títulos de contas:

- a) debita: serviços de terceiros – PJ e credita: fornecedores.
- b) debita: crédito empenhado a liquidar e credita: crédito empenhado liquidado a pagar.
- c) debita: crédito disponível e credita: crédito empenhado a liquidar.



- d) debita: despesa de custeio e credita: fornecedores.
- e) debita: despesa empenhada e credita: empenho a pagar.

45. (FCC/Analista/CNMP/2015) Determinado ente público arrecadou, no mês de fevereiro de 2015, receita de impostos no valor de R\$ 180.000,00, concomitante ao fato gerador. Considere o lançamento contábil da receita arrecadada no sistema contábil, utilizando-se o título da conta debitada e creditada, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

- a) no subsistema patrimonial:

Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Credita: Receita realizada.

- b) no subsistema orçamentário:

Debita: Receita a realizar e Credita: Receita realizada.

- c) no subsistema de compensação:

Debita: Crédito Disponível e Credita: Controle da disponibilidade de recursos.

- d) no subsistema orçamentário:

Debita: Receita Realizada e Credita: Previsão da Receita.

- e) no subsistema patrimonial:

Debita: Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Credita: Receita arrecadada.

46. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) Instruções: Considere o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para indicar as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados na questão.

Empenho da Despesa Orçamentária:

- a) 6.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
- b) 5.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
- c) 5.2.1.2.0.00.00 e 6.2.2.1.1.00.00.
- d) 2.1.1.0.0.00.00 e 3.0.0.0.0.00.00.
- e) 5.3.1.1.0.00.00 e 6.3.1.0.0.00.00.

47. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) Instruções: Considere o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para indicar as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados na questão.

Arrecadação da Receita Orçamentária:

- a) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.2.0.00.00.
- b) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.
- c) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.
- d) 1.1.1.0.0.00.00 e 4.0.0.0.0.00.00.
- e) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.



48. (VUNESP/Diretor/CM Jales/2018) A determinação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, possibilitou, dentre outros efeitos,

- a) a atualização dos procedimentos contábeis de controle interno.
- b) a compatibilização entre os diversos demonstrativos contábeis existentes.
- c) a determinação dos condicionantes sociais da contabilidade pública.
- d) a realização dos registros contábeis independentes da execução orçamentária.
- e) a apresentação dos balanços e demonstrativos mais realistas.

49. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) Indique, dentre as alternativas a seguir, qual é incompatível com os objetivos de um Plano de Contas Públicas.

- a) Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- b) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- c) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
- d) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- e) Igualar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

50. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) editado pelo STN/MF (Secretaria do Tesouro Nacional) é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade pública. O PCASP está dividido em 8 classes, sendo as de natureza patrimonial:

- a) ativo, passivo, controles da aprovação do planejamento e orçamento.
- b) ativo, passivo, controles da execução do planejamento e orçamento.
- c) ativo, passivo, variações diminutivas e variações aumentativas.
- d) ativo, passivo, controles devedores e controles credores.
- e) ativo, variações diminutivas e controles devedores.

51. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) O Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Com base na estrutura demonstrada a seguir e nas informações fornecidas, responda à questão.

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores



Os grupos de Execução dos Atos Potenciais, da Administração Financeira, Dívida Ativa, e dos Riscos Fiscais, bem como da Apuração de Custos e de Outros Controles, serão classificados na seguinte classe de contas do Plano de Contas Aplicável ao Setor Público:

- a) Controles Devedores.
- b) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- c) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- d) Variações Patrimoniais.
- e) Controles Credores.

52. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Assinale a alternativa que indica qual será a contabilização, considerando o momento do empenho, de uma aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, (considere a natureza da informação orçamentária).

- a) Débito 1.1.5.6.x.xx Estoque - Almoxarifado
Crédito 2.1.3.x.x.xx.x Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- b) Débito 6.2.2.1.1.xx Crédito Disponível
Crédito 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
- c) Débito 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- d) Débito 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
Crédito 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago
- e) Débito 2.1.3.x.x.xx Estoque - Almoxarifado
Crédito 1.1.1.1.1.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

53. (VUNESP/Auditor Controle Interno/São Paulo/2015) Segundo o MCASP, “o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitá e creditá contas que apresentem a mesma natureza de informação”. Isso posto, observa-se que a fixação da despesa apenas poderá ser registrada por meio do seguinte lançamento contábil:

- a) Natureza da informação: orçamentária
 - D 6.2.2.1.3.02.xx Débito Empenhado em Liquidação
 - C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- b) Natureza da informação: orçamentária
 - D 6.2.2.1.1.xx Crédito Disponível
 - C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
- c) Natureza da informação: orçamentária
 - D 5.2.2.1.1.xx Crédito Dotação Inicial
 - C 6.2.2.1.1.xx Crédito Disponível



d) Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Débito Dotação Empenhada a Liquidar

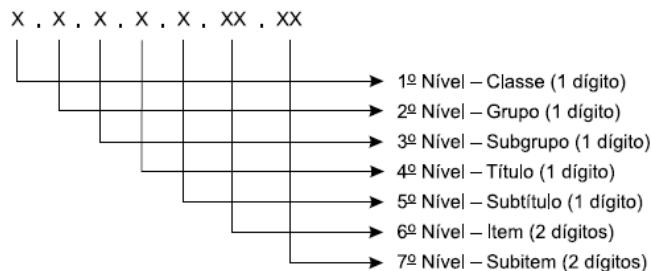
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

e) Natureza da informação: orçamentária

D 4.2.2.1.1.xx.xx Despesa Fixada em Dotação

C 5.2.2.1.1.xx.xx Crédito a Disponibilizar

54. (VUNESP/Auditor de Controle Interno/São Paulo/2015) Observe a estrutura a seguir e responda à questão.



A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no PCASP, um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação, que, nesse caso, utilizará o 5º nível – Consolidação.

Nesse nível, o dígito que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município, será o

a) Dígito 3. b) Dígito 5. c) Dígito 2. d) Dígito 4. e) Dígito 1.

55. (VUNESP/Analista/São Paulo/2015) No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em seu primeiro nível de estrutura estão as classes contábeis. Quantas dessas classes contábeis têm natureza de informação Patrimonial?

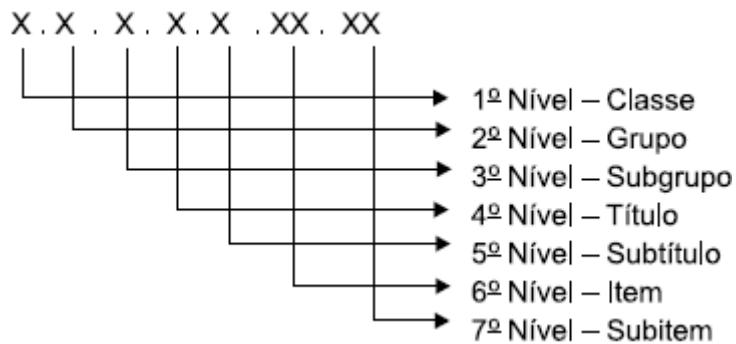
a) Quatro. b) Cinco. c) Duas. d) Seis. e) Três.

56. (VUNESP/Analista/São Paulo/2015) No Plano de Contas Aplicado ao setor Público, o controle das contas financeiras e permanentes, do qual se extrai a informação de superávit financeiro que pode ser utilizado para abertura de créditos adicionais, de acordo com a Lei nº 4.320/64, é

- a) pelo indicador de superávit primário.
- b) pela classificação econômica da receita e da despesa.
- c) por atributo legal da conta contábil.
- d) pela classe contábil.
- e) pela natureza da conta contábil.

57. (VUNESP/Agente/CM Jabo/2015) O Plano de Contas Aplicado ao Setor público está estruturado em níveis de desdobramento, sendo esses classificados e codificados do primeiro ao sétimo nível, como mostra a figura a seguir:





Note-se que os entes da Federação, eventualmente, podem ter mais níveis de desdobramento além desses. Não obstante, observa-se que o 1º nível, referente às classes, incluiu oito grupos de contas que foram ordenados em uma lógica contábil, conforme determina a matéria. Baseado nisso, assinale qual o grupo de contas pertence à classificação da 3ª classe:

- a) Variações Patrimoniais Aumentativas.
- b) Variações Patrimoniais Diminutivas.
- c) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- d) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- e) Controles Devedores.

GABARITO



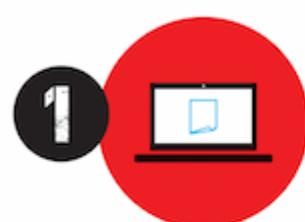
GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
B	D	B	E	B	E	B	A	E	C	E	D
13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.
D	E	E	A	E	B	E	E	A	C	B	C
25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.	32.	33.	34.	35.	36.
B	D	D	A	D	E	D	E	C	E	C	D
37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.
C	C	B	E	D	B	A	C	B	A	B	D
49.	50.	51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.			
E	C	E	B	C	B	A	C	B			



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.